



Estratégia
Militares

HISTÓRIA PARA ESA 2022



CURSO EXTENSIVO

BRASIL IMPÉRIO II



Prof. Marco Túlio

AULA 03

04 DE JANEIRO DE 2021

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. ASPECTOS POLÍTICOS	4
2.1. Partidos políticos do Segundo Reinado	5
As Revoltas Liberais de 1842	6
O parlamentarismo e a Conciliação	7
2.2. A Revolta Praieira (1848-1850)	9
3. ASPECTOS ECONÔMICOS	10
A modernização econômica	11
4. TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO	12
4.1. A mão de obra imigrante	13
5. POLÍTICA EXTERNA	14
5.1. A Questão Platina	15
Intervenção contra Oribe e Rosas (1851-1852)	16
Guerra contra Aguirre (1864-1865)	16
5.2. A Guerra do Paraguai (1864-1870)	17
Consequências do conflito	20
6. CRISE DA MONARQUIA	21
6.1. A questão abolicionista	21
6.2. A questão religiosa	24
6.3. A questão militar	25
A Proclamação da República	26
7. LISTA DE QUESTÕES	27
7.1. ESA	27
7.2. EsPCEEx	36
7.3. Inéditas	39
8. GABARITO	42
8.1. ESA	43
8.2. EsPCEEx	43
9. LISTA DE QUESTÕES COMENTADA	43
9.1. ESA	43
9.2. EsPCEEx	65
9.3. Inéditas	70
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77

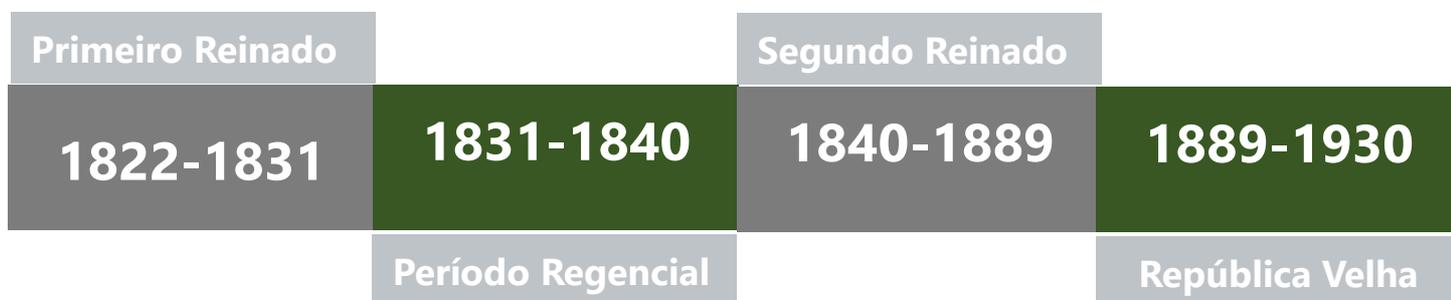


1. INTRODUÇÃO

Caro aluno,

Seja bem-vindo a quarta aula do nosso curso de História para **ESA 2022!**

Aqui falaremos sobre os aspectos essenciais do Segundo Reinado, período que vai de 1840 até 1889. Para situá-los cronologicamente, acompanhe o esquema abaixo:



Sobre o período que veremos a seguir, a abordagem dada pela ESA enfatiza a participação do Brasil na Guerra do Paraguai, mas também se atenta para as transformações econômicas, políticas e sociais do século XIX. Também é preciso ficar atento para os elementos que contribuíram para a queda da monarquia no Brasil, especialmente para a participação dos militares no processo.

Se algo não ficar claro, não se esqueça de me procurar em nosso Fórum de Dúvidas!

Bons estudos,
Prof. Marco Túlio



2. ASPECTOS POLÍTICOS

A ascensão de D. Pedro II não foi acompanhada de transformações na Constituição de 1824: o Brasil se mantinha como uma **monarquia constitucional**, na qual coexistiam quatro poderes: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador.

O poder Legislativo era exercido pela **Câmara dos Deputados** e pelo **Senado**, compostos por 125 e 60 membros, respectivamente. Os deputados eram eleitos indiretamente, para um mandato de quatro anos; os senadores, cujo mandato era vitalício, eram indicados pelo próprio imperador, a partir de uma lista tríplice composta pelos candidatos mais votados em cada província.

O poder Executivo era exercido por um “organizador de gabinete”, indicado pelo Imperador e responsável pela composição dos ministérios. Durante boa parte do Segundo Reinado, o governo era formado por sete pastas ministeriais: Império; Fazenda; Justiça; Negócios Estrangeiros; Marinha; Guerra e Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

CURIOSIDADE



Este mundo do governo era preenchido pelo que se chamava de “*boa sociedade*” – uma restrita camada de homens brancos, proprietários e com acesso ao ensino superior (sobretudo em Direito). Nas palavras do historiador José Murilo de Carvalho, constituíam “*uma ilha de letrados num mar de analfabetos*”¹.

¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 65.



2.1. Partidos políticos do Segundo Reinado

Com a ascensão de D. Pedro II, em 1840, as duas correntes políticas formadas a partir do Ato Adicional (1834) se converteram em dois partidos políticos: os regressistas se tornaram o **Partido Conservador**, enquanto os progressistas formaram o **Partido Liberal**.

Com o passar do tempo, ambos adquiriram apelidos curiosos: os conservadores ficaram conhecidos como “**saquaremas**”, em referência à cidade fluminense onde um de seus líderes, o Visconde do Itaboraí, tinha uma fazenda. Já os liberais passaram a ser denominados de “**luzias**”, apelido ligado à cidade de Santa Luzia, onde foi derrotada a Revolta Liberal liderada por Teófilo Otoni.

Observador da política partidária de seu tempo, o senador Holanda Cavalcanti foi o autor da famosa frase: “*nada mais igual a um saquarema do que um luzia no poder*”. Em parte, a afirmação se revelou verdadeira, afinal ambos eram compostos pelas elites proprietárias do período, defensoras da unidade do país, do regime monárquico e da escravidão.

Apesar das semelhanças, os partidos apresentavam distinções quanto a forma de pensar o país. Uma boa definição sobre suas opiniões políticas ambos é dada por João Manuel Pereira da Silva, eleito onze vezes deputado durante o Segundo Reinado:

Pretendiam os liberais que se decretassem mais amplas franquezas políticas às províncias a fim de descentralizar-se a ação governativa geral, exigiam ainda restringir a ação da polícia e confiar-se ao povo a eleição dos magistrados, a fim de que o país se administrasse pelos agentes de sua vontade e escolha.

Replicavam os conservadores que era indispensável a centralização política para se manter a integridade do Império; que o Poder Judiciário carecia de ser independente e inamovível para cumprir deveres e amparar os direitos dos cidadãos, e firmar a esfera da resistência legal que se facultava.

Estes princípios mais ou menos bem desempenhados, segundo as ocorrências e segundo também os temperamentos dos homens políticos, separaram os dois partidos militantes.

SILVA, João Manuel Pereira. Memórias do meu tempo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. pp. 106-107.

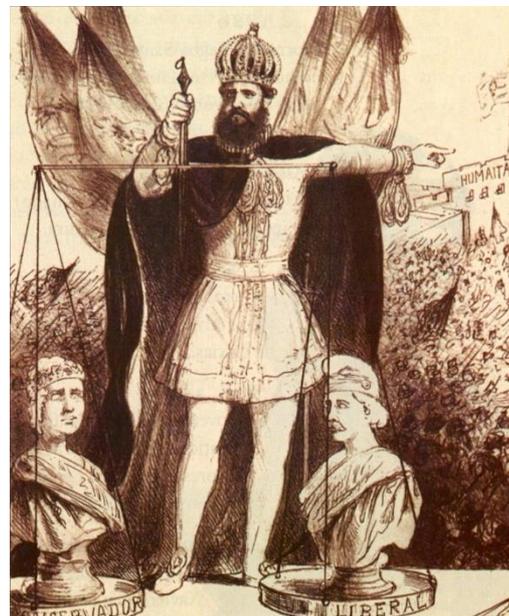


Figura 1 - Charge representa os partidos equilibrados pelo Imperador.

Além das visões divergentes sobre o país, é possível estabelecer outras diferenças entre os dois partidos. Os conservadores eram principalmente representantes da elite agrária agroexportadora e escravocrata, com grande expressão nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Já os liberais eram em sua maioria profissionais liberais e proprietários de terras

voltados para o abastecimento interno do Império, tendo maior força em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

ATENÇÃO
DECORE!



PARTIDO	COMPOSIÇÃO SOCIAL	PROJETO
Conservador (saquarema)	Elite agrária agroexportadora e escravocrata (RJ, BA e PE)	Centralização administrativa
Liberal (luzia)	Profissionais liberais e proprietários de terras voltados para o abastecimento interno (MG, RS e SP)	Autonomia provincial

Ambos defensores da propriedade privada, da unidade imperial e da escravidão.



Figura 2 - Fonte: NOVAES, C. E; LOBO, C. História do Brasil para principiantes. São Paulo: Ática, 1997. p. 167.

As Revoltas Liberais de 1842

Ao assumir o poder, D. Pedro II escolheu para compor seu primeiro ministério políticos liberais que se engajaram na campanha maiorista, o que o levou a ficar conhecido como **gabinete da maioria**. Outro nome que também se popularizou foi “Ministério dos irmãos”, afinal o gabinete era composto pelos irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada, pelos irmãos Cavalcanti, futuros Viscondes de Albuquerque e Suassuna, e por Aureliano Coutinho, do Clube da Joana.



Após convocar eleições para setembro de 1840, o governo liberal consegue maioria na Assembleia, mas inúmeras petições de cidadãos denunciando fraudes nas urnas e uso de violência alcançam o Rio de Janeiro, o que torna o pleito conhecido como **“eleições do cacete”**.

Pressionado pelos conservadores, o jovem imperador substituiu o Gabinete da Maioridade pelo Gabinete Palaciano em 23 de março de 1841, além de dissolver a legislatura eleita em 1º de maio de 1842 – antes mesmo de tomarem posse. Para completar sua obra de centralização política iniciada durante o Regresso, o Partido Conservador **reformou o Código de Processo Criminal**, que fazia com que as autoridades policiais passassem a ser nomeadas diretamente pelo Ministério da Justiça, além de **restaurar o Conselho de Estado**.

As medidas do novo gabinete frustraram os liberais, que pegaram em armas para se levantar contra a centralização política e contra o que consideravam uma tentativa dos conservadores de controlar o poder moderador. Em maio de 1842, Rafael Tobias de Aguiar, que anteriormente havia sido deposto da presidência da província de São Paulo, foi aclamado presidente interino pelos liberais paulistas, que chegaram a conquistar as cidades de Itu, Porto Feliz, Campinas e Capivari. Contudo, em menos de um mês foram **derrotados pelo barão de Caxias**.

Em junho de 1842, foi a vez dos liberais mineiros se levantarem contra o poder central, liderados por Teófilo Otoni. Os rebeldes nomearam José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (futuro barão de Cocais) para a presidência da província, mas também foram vencidos por Caxias. O confronto final entre liberais e as forças do poder central se deu em 20 de agosto de 1842, na cidade de Santa Luzia – daí o provocativo apelido **“luzia”**, dado pelos conservadores.



Figura 3 - Luís Alves de Lima e Silva em 1857, então Marquês de Caxias. Litografia de S.A. Sisson, 1861. Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Obs: Perceba que Luís Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, foi uma figura fundamental na desarticulação de diversas insurreições em um curto espaço de tempo: a Balaiada, no Maranhão, a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e as Revoltas Liberais de 1842, ocorridas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Devido a isso, em março de 1962 passou a ser considerado **patrono do Exército brasileiro**, além de receber o apelido de **“o Pacificador”**.

O parlamentarismo e a Conciliação

Durante o Segundo Reinado (1840-1889) foram organizados 36 gabinetes ministeriais: 21 liberais e 15 conservadores. Contudo, com exceção do período conhecido como **quinquênio**



liberal (1844-1848)², quando os liberais se destacaram, o Partido Conservador foi hegemônico na política partidária, permanecendo dez anos a mais no poder.

A “**direção saquarema**”³, nome dado por alguns historiadores para definir a predominância do partido, não se deu somente no preenchimento dos cargos da burocracia imperial, mas também por fazer prevalecer sua preocupação com a garantia da ordem, a partir da centralização administrativa. O temor da anarquia, que acompanhava os políticos desde o período regencial, faria com que essa estrutura se mantivesse praticamente inalterada até os anos finais da monarquia.

Os mais destacados políticos conservadores eram fluminenses. Apelidados de **trindade saquarema**, eram eles: Joaquim José Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí), Paulino Soares de Souza (futuro Visconde de Uruguai) e Eusébio de Queirós.

Em 1847, o **parlamentarismo** foi instaurado no Brasil por meio da **criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros**, que tinha a função de organizar e dirigir o gabinete de governo. Embora inspirado no modelo inglês, no qual o chefe de governo era escolhido pelo Parlamento somente após este ser organizado por eleições, o parlamentarismo brasileiro alterava esta lógica: primeiramente era escolhido o presidente do Conselho de Ministros pelo Imperador, que também poderia dissolver a Câmara e convocar novas eleições caso esta não se alinhasse ao nome eleito para o governo.

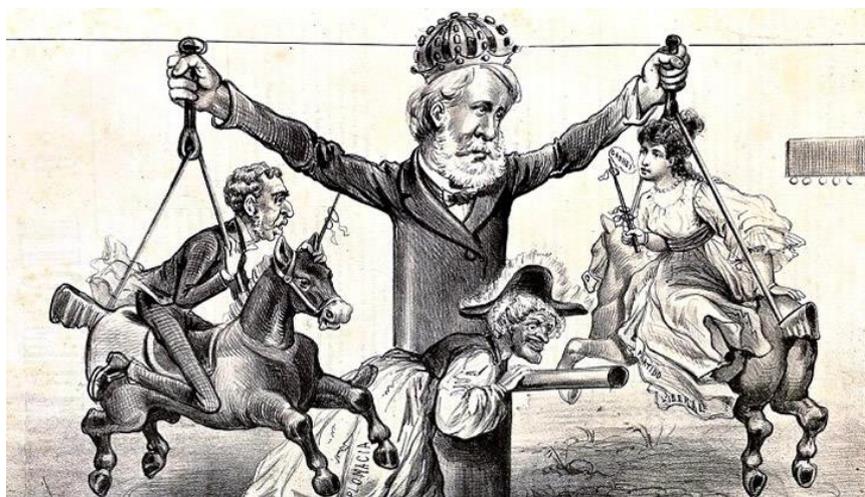


Figura 4 - "O rei se diverte", charge de Cândido Aragonez de Faria publicada no jornal O Mequetrefe, 09/01/1878.
Fonte: LIMA, Hernan. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed, 1963, p. 227.

Com este “**parlamentarismo às avessas**”, como denominariam posteriormente alguns historiadores, D. Pedro II pode interferir constantemente na política imperial a fim de garantir a aprovação dos projetos de seu interesse. Isso também permitiu certo revezamento entre liberais

² Neste período, os liberais não alteraram a centralização empreendida pelos conservadores. Sua principal medida foi a Tarifa Alves Branco, em 1844.

³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

e conservadores no poder, fazendo com que fossem cessados os conflitos entre os dois partidos e que se conquistasse grande **estabilidade política** nas décadas seguintes.

Durante algum tempo, luzias e saquaremas também compuseram gabinetes por meio de coalizões, período que ficou conhecido como **Ministério da Conciliação** (1853-1861). A iniciativa foi organizada pelo conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná.

Em 1862, parte dos conservadores se desligaram do partido para formar com alguns liberais a **Liga Progressista**. Seus principais nomes foram o ex-ministro Pedro de Araújo Lima (futuro marquês de Olinda), o senador Tomás Nabuco de Araújo e o líder Zacarias Góis de Vasconcelos, que defendiam uma reação contra os conservadores considerados intolerantes com os adversários.



Figura 5 - Zacarias Góis de Vasconcelos. Fonte: Wikimedia Commons. Domínio Público.

Os progressistas mantiveram-se ligados aos ministérios eleitos até 1868, quando o país se encontrava em guerra contra o Paraguai. O conservador Luís Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, apresentou vitórias memoráveis no conflito, o que contribuiu para a renúncia de Zacarias do comando do ministério e o retorno dos saquaremas ao poder, em julho de 1868.

Diante da diminuição do prestígio político, liberais progressistas publicaram um manifesto no qual reivindicavam a descentralização administrativa do Brasil, o fim da vitaliciedade do senado e o término gradual da escravidão. No ano seguinte, liberais radicais publicaram o **Manifesto Republicano (1870)**, que propunha mudanças no regime.

2.2. A Revolta Praieira (1848-1850)

Além das revoltas liberais de 1842 ocorridas em São Paulo e em Minas Gerais, o Império também enfrentou um conflito armado em Pernambuco, a Revolta da Praieira (1848-1850). Nesta província, os partidos políticos Liberal e Conservador eram respectivamente encabeçados por duas famílias que disputavam o negócio do açúcar, os Cavalcanti e os Rego-Barros.

Diante disso, comerciantes, outros senhores de engenho, lavradores e profissionais liberais se organizaram no Partido Nacional de Pernambuco, em 1842. E como uma de suas lideranças mantinha um jornal situado na Rua da Praia, não demorou para que se tornassem conhecidos como **praieiros**.

Entre 1844 e 1845, o Partido da Praia conquistou boa parte das cadeiras da Assembleia Provincial, além de ser beneficiado com a nomeação de Antônio Pinto Chichorro da Gama para a presidência da província, nome escolhido pelo gabinete liberal e aliado dos praieiros.

Uma vez no poder, os praieiros promoveram uma onda de perseguições aos conservadores, pejorativamente apelidados por eles de guabirus, como eram conhecidos os ratos daquela região. O período é marcado por levantes antilusitanos e propagandistas do socialismo, o que leva o presidente da província a ser retirado do poder.

O gabinete conservador que regia o governo central naquele momento indicou um nome de seu partido para substituir Chichorro da Gama, que não foi aceito pelos praieiros. Influenciados pelas Revoluções de 1848 que se espalhavam pela Europa, produziram um documento chamado de “**Manifesto ao Mundo**” (1849), no qual expunham suas principais exigências:

- **voto livre e universal;**
- **plena liberdade imprensa;**
- **garantia de trabalho para os cidadãos;**
- **nacionalização do comércio (devido ao sentimento antilusitano);**
- **extinção do poder moderador;**
- **instauração do federalismo;**
- **garantia de direitos individuais para os cidadãos.**

Liderados pelo senhor de engenho Pedro Ivo e pelo jornalista Borges da Fonseca, os praieiros enfrentaram tropas governistas por aproximadamente um ano, mas foram derrotados em 1850. Das lideranças aprisionadas, dez foram condenadas à prisão perpétua, mas anistiadas em 1851. **A Revolta Praieira foi o último movimento liberal armado a defender o federalismo.**

3. ASPECTOS ECONÔMICOS

As primeiras mudas de café foram introduzidas no Brasil pelo tenente-coronel Francisco de Melo Palheta, no atual estado do Pará, por volta de 1727. O vegetal foi levado para o Rio de Janeiro, província onde encontra condições climáticas e um tipo de solo favoráveis para sua rápida expansão, em especial no **Vale do Paraíba**, que também abrange Minas Gerais e São Paulo. Dessa maneira, já em 1830 o Brasil alcançava o posto de maior produtor mundial, desbancando Cuba, Jamaica e o Haiti, seus principais concorrentes no período.

Baseada no sistema de **plantation**, ou seja, na tríade monocultura, latifúndio e escravidão, a produção de café nesta região chegou a representar 52,2 % das exportações do país entre 1876 e 1880. Depois da colheita manual do grão, os escravizados secavam os grãos nos terreiros, e depois os beneficiavam – ou seja, retirava o revestimento – com os monjolos, instrumento de madeira composto por pilões movidos com força d’água.

Depois de ensacado, tropas de mulas eram utilizadas para o escoamento das sacas do produto, sistema que se mostrava eficaz dado o seu baixo custo e proximidade da região portuária. Nos portos as sacas eram entregues aos “comissários”, que além de exportarem o produto também forneciam empréstimos aos cafeicultores e importavam outras mercadorias para o Brasil.

Conforme o hábito de consumir café conquistava os paladares da Europa e nos Estados Unidos, o cultivo do grão também se expandia para outras regiões, em especial a do **Oeste Paulista**. Diferentemente da região do Vale do Paraíba, onde o relevo acidentado forçava o cultivo descontínuo, ali os cafezais ocuparam milhares de quilômetros de maneira ininterrupta devido ao



caráter **plano** do relevo. Além disso, a fertilidade do solo “**terra roxa**” da região, formado pela decomposição de rochas vulcânicas, também favoreceu a expansão cafeeira.



Figura 6 - A expansão cafeeira em São Paulo.

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A. Atlas histórico básico. São Paulo: Ática, 2008. p. 43.

A modernização econômica

Mais distante dos portos do Rio de Janeiro e de Santos (SP), os “barões do café” daquela zona cafeeira julgaram necessário o aperfeiçoamento do transporte para evitar o aumento do preço de seu produto.

Recorrendo a empréstimos de bancos estrangeiros, principalmente ingleses, os fazendeiros paulistas passaram a instalar ferrovias no país a partir de 1854. A primeira delas, contando com 14 km de extensão, foi criada por **Ireneu Evangelista de Souza**, posteriormente conhecido pelos títulos de barão e **visconde de Mauá**. Junto a outros poucos empreendedores do Segundo Reinado, o empresário apostou na modernização da economia ao investir em áreas diversas, incluindo o comércio, indústria, companhias de navegação e bancos.

Além dos **lucros do café**, o processo de **modernização econômica** verificado a partir da segunda metade do século XIX também foi estimulado por dois aspectos: a aprovação da **Lei Eusébio de Queirós**, da qual deixaremos para comentar mais adiante; e a aprovação da **Tarifa Alves Branco** (1844), que alterou as tarifas alfandegárias sobre os produtos importados para aumentar a arrecadação do Estado.

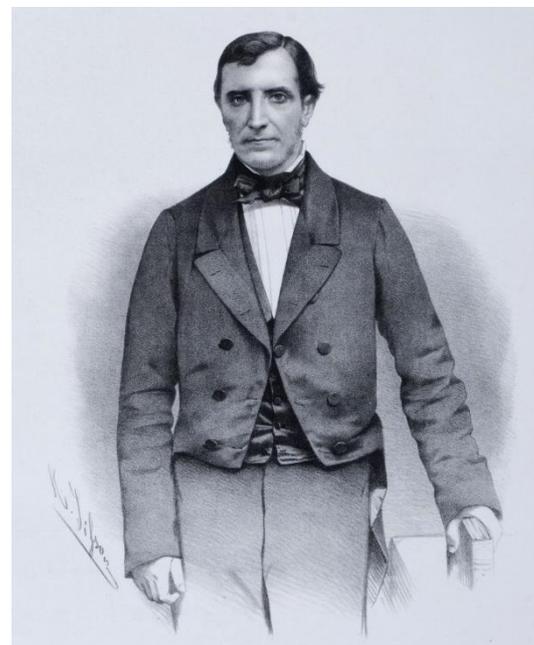


Figura 7 - Ireneu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, em 1861. Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.



Até então, o imposto cobrado sobre os importados era de 15%. Com a nova política alfandegária, esta porcentagem subia para 30%, ou 60% nos casos em que o produto fosse semelhante a outros produzidos no Brasil. A diferença no valor final fez com que o consumidor optasse pelos produtos nacionais, enquanto investidores viram vantagens na criação de manufaturas. Ao final dos anos 1880, o país contava com 600 indústrias.⁴ Assim sendo, embora buscasse elevar a receita do Estado, a Tarifa Alves Branco teve um **efeito protecionista**, estimulando a indústria nacional.

Em pouco mais de 30 anos o Império passaria a contar com 10 mil quilômetros de ferrovias, o que também beneficiava outras atividades econômicas, como a agropecuária e a mineração. O Brasil passou a viver um **surto industrializante** entre as décadas de 1840 e 1870, que alguns historiadores denominaram como **Era Mauá**. Vale destacar, contudo, que não se trata de um processo de industrialização, já que não foi um fenômeno contínuo.

4. TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

O investimento na estrutura interna do país pelos fazendeiros foi impulsionado pela aprovação da **Lei Eusébio de Queirós (1850)**, que **proibindo o tráfico negreiro no país**, acabou por disponibilizar a verba que até então era utilizada para a importação de escravizados vindos da África, que passou a ser investida na modernização do país.

Antes disso, o Brasil havia se comprometido em um tratado assinado com a Inglaterra em 1831 a combater a entrada de escravizados no país, mas tudo não passara de algo “para inglês ver”, já que tráfico aumentaria consideravelmente nos anos seguintes. O próprio autor da lei, o marquês de Barbacena, chegaria a propor sua revogação em 1837 com um novo projeto que livrava os compradores de escravizados de qualquer punição.

A continuidade do comércio ilegal de cativos faz a Inglaterra pressionar o Império brasileiro através de apreensões de navios nos anos seguintes, gerando uma reação antibritânica de populares, da imprensa e de boa parte da classe política no Rio de Janeiro, o que acaba por beneficiar a continuidade do tráfico. Embora boa parte dos políticos reconhecesse a escravidão como uma prática “infame”, questionava a ameaça à soberania nacional pela pressão dos ingleses e o impacto econômico que o fim do tráfico geraria para o país.

Em 1844, a aprovação da “Tarifa Alves Branco”, gerou reações do governo inglês, que em represália aprova o **Bill Aberdeen (1845)**, **lei inglesa que legalizava a captura de navios negreiros no Atlântico pela Marinha britânica**, bem como o julgamento de seus capitães. Naquele momento, Cuba e Brasil eram os únicos países do Ocidente a sustentarem o tráfico, o que aumentava a pressão internacional para que a prática fosse banida.

A partir de 1850, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, o Brasil finalmente busca combater de maneira efetiva o comércio transatlântico de escravizados para o Brasil, sendo criado um tribunal especial na Marinha brasileira para julgar os traficantes e reenviar os africanos encontrados em portos e navios de volta para seu continente de origem.

⁴ COTRIM, Gilberto. *História global*: volume único. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 474.



No entanto, aqueles que fossem flagrados comprando cativos contrabandeados – ou seja, os fazendeiros – seriam encaminhados para a justiça comum, o que lhes dava maiores chances de serem anistiados. A lei também não buscou reverter o status daqueles que foram ilegalmente escravizados desde 1831, ou seja, garantia à classe senhorial o direito a propriedade adquirida até então.

O combate à entrada de navios negreiros a partir da Lei de 1850 estimulou a diminuição da oferta de mão de obra escrava no país, e conseqüentemente, seu **encarecimento**. As zonas cafeeiras que faziam uso do trabalho compulsório passam a adquirir escravizados de outras regiões do país, **umentando o tráfico interno**. Por fim, cabe destacar que investimento na estrutura interna do país pelos fazendeiros foi impulsionado pela aprovação da **Lei Eusébio de Queirós (1850)**, que **proibindo o tráfico negreiro no país**, acabou por disponibilizar a verba que até então era utilizada para a importação de escravizados vindos da África.

4.1. A mão de obra imigrante

Após 1850, com a dificuldade para obtenção de mão-de-obra escrava, **a produção do Vale do Paraíba entrou em declínio**. Outros dois fatores também contribuíram para isso: o esgotamento de terras cultiváveis na região e o envelhecimento dos cafezais, que geralmente rendiam colheitas produtivas por 15 anos.

Já no **Oeste Paulista**, a proibição do tráfico fez com que os cafeicultores passassem a investir na substituição do trabalho compulsório pela mão de obra livre, em especial a de imigrantes vindos da Europa. O processo de unificação da Itália e Alemanha na segunda metade do século XIX foi acompanhado da expulsão de muitos camponeses de suas terras, o que fazia com que muitos fossem “fazer a América” em países como os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil.

Para o Império, a entrada destes imigrantes era benéfica não somente para suprir a demanda por trabalhadores nas lavouras de café diante do lento fim da escravidão, mas também ia ao encontro de um **ideal de embranquecimento** em voga no período, inspirado em teorias racialistas trazidas da Europa que defendiam a superioridade da raça branca sobre outros povos.

Em 1847, o senador Nicolau Vergueiro (1778-1859) introduziu o **sistema de parcerias** para estimular a vinda de europeus, modelo no qual todos os custos das viagens e instalação para o país eram financiados pelos cafeicultores. Em troca, os recém-chegados deveriam trabalhar nas lavouras de café até ressarcirem seus “parceiros” de seu investimento, com juros de 6% ao ano.

Também se exigia que estes estrangeiros adquirissem produtos dos armazéns das fazendas de café, que em geral possuíam preços mais elevados que o dos centros urbanos. A fazenda Ibicaba em Limeira (SP), de propriedade do senador Vergueiro, foi a primeira a ser abastecida com imigrantes trazidos por meio de parcerias com sua empresa, a “Vergueiro & Cia”.

Estas condições mencionadas contribuía para que as dívidas dos estrangeiros com os fazendeiros só aumentassem, o que os colocava em situação análoga à escravidão. Os maus tratos impostos aos imigrantes geraram revoltas e fugas de imigrantes em várias fazendas de São Paulo,



para onde boa parte destas famílias eram encaminhadas. O suíço Thomas Davatz (1815-1888), um destes emigrados, registraria em seu livro de memórias publicado em 1858:

CURIOSIDADE



Os colonos sujeitos a esse sistema de parceria não passam de pobres coitados miseravelmente espoliados, de perfeitos escravos, nem mais nem menos. Os próprios filhos de certo fazendeiro não hesitaram em apoiar essa convicção, dizendo que "os colonos eram os escravos brancos (de seu pai), e os pretos seus escravos negros". E outro fazendeiro enunciou a mesma crença, quando declarou abertamente aos seus colonos: "Comprei-os ao Sr. Vergueiro. Os senhores me pertencem".

DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1951. p. 123.

A partir do final da década de 1850 a imigração passa a ser **subvencionada**, ou seja, os governos imperial e provinciais se encarregaram de financiar a viagem dos imigrantes para o país. Para isso são divulgadas propagandas na Europa que ofereciam salários aqueles que aceitassem se estabelecer no "Novo Mundo".

A entrada destes novos imigrantes e o eminente fim da escravidão levam o governo a aprovar a **Lei de Terras** (1850), 14 dias após a Lei Eusébio de Queirós. Tratava-se de uma tentativa de regularização da propriedade fundiária no Brasil, instituindo limites entre terras públicas e privadas ao estabelecer que as terras devolutas, ou seja, desocupadas, pertenciam ao Estado, e não poderiam ser adquiridas de nenhuma outra forma senão por meio de compra. Dessa maneira, todas as posses adquiridas após a independência (1822), assim como as sesmarias concedidas ainda na época da colônia deveriam ser cadastradas nos Registros Paroquiais de Terras para então serem demarcadas.

O projeto original previa cobrança de impostos sobre as terras registradas, mas os fazendeiros conseguiram derrubar este item da lei enquanto ela era debatida. Na prática, as posses nunca foram regularizadas pelos grandes proprietários, de maneira que estes continuaram a expandir suas propriedades ilegalmente. Suas exigências parecem ter se aplicado somente aos pequenos agricultores nascidos no Brasil e imigrantes, que tiveram seu acesso à terra restringido.

5. POLÍTICA EXTERNA

As relações entre Brasil e Inglaterra não se tornaram mais amistosas após a Lei Eusébio de Queirós. O Império de D. Pedro II comprometia-se de fato a combater o tráfico negreiro, mas os britânicos mantêm sua política de patrulhamento marítimo reforçado com a Lei Aberdeen.

Entre 1860 e 1862, o embaixador inglês instalado no Brasil, William Dougal Christie, foi o responsável por uma sequência de equívocos diplomáticos que alimentaram duras críticas dos jornais cariocas. Primeiro, o diplomata tentou abafar o assassinato de um agente alfandegário por dois marinheiros britânicos no Rio de Janeiro.

No ano seguinte, responsabilizou o Brasil pelo roubo da carga de um navio de seu país, *Prince of Wales*, no Rio Grande do Sul. Finalmente, em 1862 exigiu indenização do governo brasileiro após dois oficiais britânicos serem presos por embriaguez, mesmo tendo sido liberados em



seguida. Seis dias após a cobrança, navios ingleses fecharam o porto do Rio de Janeiro e sequestraram cinco navios brasileiros.

A **questão Christie**, nome como ficaram conhecidos estes incidentes envolvendo o embaixador inglês, geraram grande comoção popular e a intervenção direta do Imperador para defender a defesa nacional. A quantia de 3.200 libras foi paga a Inglaterra, mas o governo **rompeu relações diplomáticas com o país** após julgar insuficientes as explicações dadas para as atrapalhadas ações do embaixador.

Diante do impasse entre os dois países, o imperador Leopoldo I da Bélgica foi solicitado para mediar o conflito, e acabou por dar ganho de causa ao Brasil, em junho de 1863. Dois anos depois, a rainha Vitória enviou um pedido formal de desculpas a D. Pedro II, sendo restabelecidas relações diplomáticas entre os dois países dois anos depois, em 23 de setembro de 1865.

5.1. A Questão Platina

No mesmo período em que ocorrem as rugas com o embaixador britânico, o Brasil via-se cada vez envolvido em um eminente conflito na **região da bacia Platina (ou bacia do Prata)**, região que inclui territórios do país, do Uruguai, do Paraguai e da Argentina. Ela é formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e pelos seus afluentes.

Para o Império brasileiro, a região se fazia relevante por três razões:

- **Garantir o direito de navegação do rio da Prata**, formado pela junção dos rios Paraná e Uruguai. Tratava-se da principal rota de comunicação entre a província do Mato Grosso e o Rio de Janeiro;
- Era uma região de **conflitos entre vaqueiros uruguaios e fazendeiros gaúchos**, que acusavam os primeiros de invadir a fronteira do Rio Grande do Sul para roubar cabeças de gado. Dessa maneira, uma situação como essa poderia realimentar anseios separatistas caso o governo central não intervisse na questão.
- Por fim, desejava **evitar que a Argentina⁵ anexasse o Uruguai**, afinal isso representaria o controle do país sobre as duas margens do rio da Prata, o que dificultaria a manutenção da livre-navegação.⁶

Tendo em vista os elementos listados acima, o Brasil se envolveu em duas guerras na região: contra Oribe e Rosas (1851-1852), presidentes do Uruguai e Argentina, e contra Aguirre (1864-1865), que posteriormente assume a presidência do Uruguai.

⁵ Naquele período, seu nome era **Províncias Unidas do Rio da Prata**.

⁶ COTRIM, 2016, p. 481.



Intervenção contra Oribe e Rosas (1851-1852)

Após obter sua independência do Brasil, o Uruguai passou a ser disputado por duas forças políticas:

- **Partido Blanco** → liderado por Manuel Oribe, representava os interesses dos criadores de gado e era aliado do governo da Argentina;
- **Partido Colorado** → liderado por Frutuoso Rivera, representava os interesses dos grandes comerciantes e era aliado dos brasileiros.

Em 1828, o grupo de Rivera saiu vencedor das primeiras eleições uruguaias, o que contribuiu para que o Brasil mantivesse relações amistosas com o novo governo. Este cenário se estendeu até 1834, quando Manuel Oribe e o Partido Blanco venceram o pleito presidencial e assumiram as rédeas do país. A aproximação do novo governante uruguaio com o governo de Juan Manuel Rosas, então presidente da Argentina, passou a preocupar o Império brasileiro.

Em 1851, alegando que fazendeiros *blancos* invadiram suas fronteiras ao sul para roubar gado, o governo brasileiro deu início a uma intervenção militar no país, contando com o apoio dos colorados. A Argentina manteve seu apoio a Oribe, mas passou a enfrentar uma revolta de duas de suas províncias, Entre-Rios e Corrientes. O Brasil soube aproveitar das insatisfações internas de ambos os países: seu apoio às províncias rebeldes rendeu a derrota de Rosas na Argentina, enquanto o apoio aos colorados levou à deposição de Oribe no Uruguai.

Guerra contra Aguirre (1864-1865)

Os confrontos entre *blancos* e colorados pelo poder se estenderam até a década de 1860 no Uruguai, assim como os conflitos entre fazendeiros gaúchos e *blancos* uruguaios na fronteira. Pressionado pelas elites do sul, o governo brasileiro cobrou explicações de Anastasio Aguirre, presidente do Uruguai ligado ao Partido Blanco. E como não obteve nenhuma explicação satisfatória, **declarou guerra ao Uruguai em 1864**, quando mais uma vez se aliou aos colorados, na época liderados por Venâncio Flores.

Aguirre foi derrotado em 1865, sendo substituído no poder por Flores. O líder colorado agradava brasileiros, pois não hostilizava aqueles que habitavam o interior do país, e também ao presidente argentino Bartolomeu Mitre (1861-1868), que anteriormente havia sido auxiliado por ele na luta contra federalistas de seu país. Hostilizados pelo governo e pelos países da fronteira, os *blancos* buscaram firmar uma aliança com o Paraguai, que naquele momento era governado pelo ditador **Francisco Solano López** (1862-1870). A guerra do Paraguai estava prestes a começar.



5.2. A Guerra do Paraguai (1864-1870)

Com a aproximação dos governos brasileiro, argentino e uruguaio, o “presidente vitalício” do Paraguai, Solano López, passou a se sentir ameaçado. Seu país não possuía saída para o mar, o que o tornava dependente da livre-navegação da bacia do Prata para a circulação de pessoas e mercadorias.

A intervenção brasileira no Uruguai foi interpretada por López como a quebra do equilíbrio entre os países, além de ser considerada uma etapa antecessora de uma possível invasão ao Paraguai. Em 12 novembro de 1864, o ditador paraguaio resolveu afirmar a presença do país na região ao **aprisionar o navio brasileiro *Marquês de Olinda***, no momento em que transportava o presidente da província do Mato Grosso. Diante disso, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Paraguai.

No dia 13 de dezembro de 1864, Solano López declarou guerra ao Brasil, invadindo a província do Mato Grosso. Naquele momento, o Brasil não dispunha de um robusto Exército profissional, o que levou o governo a convocar a Guarda Nacional, composta por cerca de 440 mil homens, para participar do combate ao lado dos militares. Não deu certo: pouco mais de 40 mil se dispuseram a se alistar contra o inimigo.

Para completar os efetivos do Exército e responder aos ataques, o Brasil formou os **Corpos de Voluntários da Pátria**, batalhões que prometiam recompensas para quem se voluntariasse a combater os paraguaios. Contudo, muitos eram alistados compulsoriamente, o que levou muitos despossuídos a se embrenharem nos matos para escapar das autoridades recrutadoras.

Muitos membros dos batalhões voluntários eram **negros recém alforriados**. Para se livrarem do alistamento, alguns indivíduos compravam cativos para que lutassem em seu lugar, enquanto sociedades patrióticas e o próprio governo se engajaram em adquirí-los para que engrossassem os efetivos nacionais. E como o Império passou a garantir alforria para todos que se alistassem, muitos escravos fugitivos se voluntariaram para adquirir sua liberdade. Contudo, uma vez incorporados ao Exército, permaneciam como criados dos oficiais, além de sofrerem grande preconceito racial.

Em março de 1865, Solano López declarou guerra à Argentina após a recusa do governo Mitre de permitir a passagem do Exército paraguaio pela região de Misiones. Em seguida, ordenou a invasão da província argentina de Corrientes, com o objetivo de atravessá-la, passar pelo Rio Grande do Sul e alcançar o Uruguai. A resposta ao novo ataque veio no dia 1º de maio de 1865, quando Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o **Tratado da Tríplice Aliança**. Por meio dele, ficaram acordados que eram objetivos da guerra contra o Paraguai:

- a deposição de Solano López;



Figura 8 - Soldado da Unidade de Voluntários da Pátria com a Bandeira Brasileira, gravura de Jacobus Hendrik, 1867.



- a livre-navegação no Rio da Prata;
- a anexação de territórios do Paraguai em litígio com a Argentina e o Brasil por estes dois países.

Também ficou estabelecido que o presidente da Argentina, o general **Bartolomeu Mitre**, seria o comandante-em-chefe das forças aliadas, mas caso o teatro de operações se desenrolasse em território brasileiro ou oriental, o comando brasileiro teria independência. Por fim, as forças navais dos Aliados seriam geridas pelo Comandante em Chefe da Esquadra Imperial, o **almirante Tamandaré**.

No mês seguinte ao acordo, o Paraguai invadiu o Rio Grande do Sul, ocupando a cidade de Uruguiana. Ali permaneceram até setembro do mesmo ano, quando o general paraguaio Estigarribia se rendeu ao **presidente Mitre, nomeado comandante-em-chefe das forças aliadas pelo Tratado da Tríplice Aliança** nos primeiros dois anos e meio da guerra. O episódio ficou conhecido como Rendição de Uruguiana.

Antes de se redirem, em 11 de junho de 1865, os paraguaios foram derrotados pelos brasileiros na célebre **Batalha Naval do Riachuelo**. Os efetivos brasileiros representavam a totalidade do poder naval dos Aliados, mas não se subordinavam ao Comando-Geral dos Exércitos Aliados. Com isso, coube ao almirante Joaquim Marques Lisboa, o futuro **Marquês de Tamandaré**, liderar as operações navais brasileiras, tendo como um de seus principais comandantes Francisco Manuel Barroso da Silva, o **Almirante Barroso**.



Figura 9 - Batalha Naval do Riachuelo, tela de Eduardo de Martino. Fonte: Poder Naval.

Em abril de 1866, os Aliados dão início à invasão do Paraguai, rumo à conquista da **fortaleza de Humaitá, situada às margens do Rio Paraguai**. Eles conseguiram instalar um quartel general em Tuiuti, na confluência dos rios Paraná e Paraguai, mas aquele pantanoso território era desconhecido para os combatentes. No dia 24 de maio, Solano López deu início a um ataque na região, mas não contava que os Aliados conseguiriam resistir, mesmo com a cavalaria quase toda a pé por falta de montarias.



A **Batalha do Tuiuti** teve duração de aproximadamente seis horas. Os paraguaios se dividiram em três colunas para cercar o acampamento Aliado, mas este se encontrava em vantagem numérica e venceu o conflito. Como a atuação do **general Osório**, de Antônio de Sampaio e de Emílio Mallet foram fundamentais para o êxito das forças brasileiras, o Exército os escolheu para patronos da Cavalaria, Infantaria e Artilharia. Além disso, o 24 de maio passou a ser comemorado como Dia da Infantaria pela instituição.

Em setembro de 1866, Solano López se reuniu com o presidente argentino, Bartolomeu Mitre, para tentar convencê-lo de abandonar os Aliados, mas não teve sucesso. Algum tempo depois, a Tríplice Aliança atacou a **fortaleza de Curupaiti, no rio Paraguai**, mas sofreram sua pior derrota. Isso porque embora o almirante Tamandaré tenha sido encarregado de bombardear as posições paraguaias, os projéteis disparados nem sequer chegaram perto do inimigo, que massacraram a infantaria quanto esta avançou.

Com a derrota, Venâncio Flores retornou para o Uruguai, enquanto o Império nomeou Luís Alves de Lima e Silva, o marquês de Caxias, como comandante-chefe de todas as forças brasileiras na guerra. Uma de suas primeiras decisões foi dispensar o Marquês de Tamandaré, que foi substituído no comando da Marina pelo vice-almirante Joaquim José Inácio. Em seguida, paralisou todas as operações militares por quase um ano, com o intuito de treinar os soldados, reequipar o Exército e melhorar as condições de higiene das tropas, que eram assoladas pela cólera.

Nos meses de abril e maio de 1867, as tropas Aliadas avançam até a fazenda Laguna, mas os ataques paraguaios os forçam a recuar, de maneira que o episódio passou a ser conhecido como **Retirada de Laguna**. Meses depois, as tropas tentaram um ataque à fortaleza de Humaitá, mas só conseguiram tomá-la em 25 de julho de 1868. Ao final do mesmo ano, os Aliados promoveram uma campanha que ficou conhecida como **“Dezembrada”** ao derrotar os paraguaios nas batalhas de Itororó (06/12), Avaí (11/12) e Lomas Valentinas (dias 21/12 a 27/12).

Em janeiro de 1869, as tropas brasileiras invadiram Assunção. Caxias, que desde janeiro de 1868 ocupava o posto de comandante-chefe das forças aliadas, retornou para o Brasil, sendo substituído pelo **conde D’Eu**, genro do imperador. O Império havia ganhado a guerra, mas para D. Pedro II, tudo só terminaria após a morte de Solano López.

No dia 16 de agosto de 1869, 20 mil soldados Aliados exterminaram tropas formadas por 6 mil paraguaios, em sua maioria idosos e crianças. Devido a isso, a data da **Batalha de Acosta Nu** também passou a ser o Dia das Crianças no Paraguai. Solano López conseguiu escapar com vida.

Em 1º de março de 1870, Solano López foi morto em Cerro Corá, no extremo nordeste do Paraguai, pelo brasileiro José Francisco Lacerda, o **“Chico Diabo”**. A morte do presidente uruguaio encerrava a Guerra do Paraguai (1865-1870), que foi não somente o maior



Figura 10 - Na caricatura de Angelo Agostini, publicada na Revista Fluminense, em 1869, Solano López é retratado como “o Nero do século XIX”, em referência ao sanguinário Imperador Romano da Antiguidade.

conflito bélico da história da América Latina, mas também o mais sangrento do mundo entre 1815 e 1914, superado apenas pela Guerra da Crimeia (1854-1856).

Consequências do conflito

A Guerra do Paraguai trouxe graves consequências para todos os seus envolvidos. Para o perdedor, significou a perda de 40% de seu território, além de manter-se ocupado por tropas brasileiras até 1876. Com a destruição da lavoura e da sua infraestrutura, o país foi completamente devastado. A Argentina, por sua vez, também teve baixas significativas em sua população, mas a guerra parece ter contribuído para unificar o seu território, até então ameaçado por províncias contrárias à hegemonia de Buenos Aires.

Quanto ao Brasil, pelo menos 50 mil de seus soldados foram mortos, sem calcular aqueles que sucumbiram às doenças que também proliferavam os campos de batalha. E embora o país tenha conquistado suas pretensões territoriais e se firmado como maior potência da região, os custos da guerra se abateram sobre os governos a partir de 1870, que tiveram que lidar com o aumento da dívida externa. O Exército se fortaleceu ao longo do conflito, passando a reivindicar melhoras no tratamento dado à instituição pelo Império. Além disso, a incorporação de libertos como soldados fez com que despertasse a sensibilidade da instituição para a questão escravista nos anos seguintes.

Jovita Alves Feitosa, a “Joana d’Arc brasileira”

A notícia de que o Paraguai e o Brasil entraram em guerra percorreu o país rapidamente. Em Jacós, no interior do Piauí, a cearense Jovita Alves Feitosa, de 17 anos e de uma família modesta, se indignou ao tomar ciência das crueldades cometidas pelos paraguaios contra as mulheres brasileiras no Mato Grosso. Era preciso agir.

Ela se vestiu de homem, foi para a nova capital, Teresina, e lá se apresentou como voluntário para matar paraguaios. Embora o disfarce tenha sido descoberto, ainda sim foi aceita como voluntária pelo presidente da província, no posto de segundo-sargento.

Incorporada ao 2º Corpo de Voluntários do Piauí, partiu de Teresina rumo ao Rio de Janeiro, passando por São Luís, Recife, Paraíba e Salvador. Foi aplaudida em teatros, homenageada em versos e recebida em palácios presidenciais. Chamaram-na a *Joana d’Arc brasileira*.

Quando chegou na Corte, veio a terrível notícia: sua participação como combatente havia sido vetada pela Secretaria da Guerra. Às mulheres, a participação na Guerra do Paraguai era limitada ao serviço de saúde, como se destacou a baiana **Ana Néri**.

Frustrada, Jovita retornou para Teresina, mas depois acabou voltando novamente para o Rio de Janeiro. Em 1867, seu nome voltou a aparecer nos jornais, mas para informar que havia suicidado com uma punhalada no coração. Por muito tempo, a figura de Jovita Alves Feitosa foi apagada da memória nacional. Mais recentemente, em 2018, um projeto de lei a incorporou no Livro dos Heróis da Pátria.

CARVALHO, José Murilo de. *Jovita Alves Feitosa: voluntária da pátria, voluntária da morte*. São Paulo: Chão Editora, 2019.



6. CRISE DA MONARQUIA

Ao final da Guerra do Paraguai (1870), o Segundo Reinado entrou em crise. Em parte, isso se deve ao processo de modernização e de mudanças socioestruturais, impulsionadas pelo surgimento de inovações técnicas e pela urbanização. O país passa a conviver com trens e navios a vapor, telégrafos e máquinas tipográficas, novos ofícios urbanos e até novos padrões de comportamento emulados pela literatura romântica e realista.

Todas essas transformações contribuíram para o **alargamento da esfera pública**, ou seja, a dimensão onde eram discutidos assuntos de interesse geral. Fazem parte dela o Parlamento, os jornais, os panfletos, os cafés e os comícios. A rua, que até então era vista como local da desordem pela “boa sociedade”, passa a ser um local de formação e externalização de opiniões sobre diversos temas, tais como a abolição da escravidão e a ideia de República.

É importante termos em mente o crescimento desta arena de debate público, pois é justamente nela em que veremos serem discutidas três grandes questões que contribuíram para o agravamento da crise da monarquia e para o desgaste da imagem do imperador:

- a **Questão Servil**, também chamada de **Questão Abolicionista**;
- a **Questão Religiosa**
- a **Questão Militar**

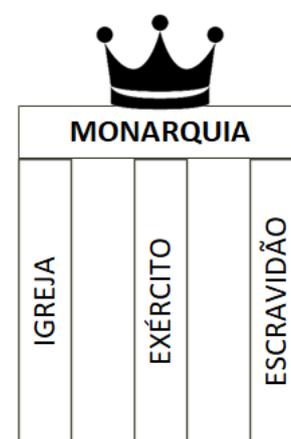
Para pensarmos de maneira esquemática, é como se cada uma delas comprometesse um dos pilares que sustentava a monarquia no Brasil, o que levou à destruição do edifício imperial.

O **movimento republicano** parece ter se dado conta das possibilidades do crescimento da esfera pública, pois compensou sua pequenez promovendo declarações, publicações e eventos de apoio aos setores insatisfeitos com a monarquia. Aos poucos, a República se tornou uma alternativa viável para muitos deles. A seguir, veremos como as crises mencionadas contribuíram para a derrocada da monarquia no Brasil.

6.1. A questão abolicionista

Logo após o final da Guerra do Paraguai, o **movimento abolicionista** ganhou força no Brasil, sendo fundadas em 1870 a Sociedade de Libertação no Rio de Janeiro e a Sociedade Libertadora do Elemento Servil. Logo em seguida, o governo aprova a **Lei do Ventre Livre (1871)**, que estabelecia que todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres, devendo o proprietário entregá-lo para a tutela do Estado em troca de uma indenização ou fazê-lo trabalhar até completar 21 anos.

A lei do Ventre Livre, **também conhecida como Lei Rio Branco**, também beneficiava os cafeicultores que buscavam atrasar ao máximo a abolição da escravidão, afinal era comum os senhores falsificarem a idade de seus escravizados em sua matrícula. Para esta elite era preciso



evitar que a abolição fosse feita de maneira traumática, tal como ocorrera no Haiti e Estados Unidos.

Inicialmente, o abolicionismo se caracterizou como um movimento de elite, manifestado em associações compostas por membros da alta sociedade imperial vinculados a partidos ao funcionalismo público. No entanto, a partir de 1870, estes atores passam a apostar em manifestações no espaço público, incluindo teatros, imprensa, caricaturas, blocos carnavalescos, comícios e cerimônias para promover a abolição. Neste contexto, é situada a ação do engenheiro negro **André Rebouças** (1838-1898), uma das principais lideranças do movimento abolicionista, e **Joaquim Nabuco** (1849-1910), defensor da libertação dos escravizados na Câmara. Outra grande liderança é o advogado **Luiz Gama** (1830-1882), que se utilizava de brechas da legislação da escravidão para obter a compra de várias alforrias.

A abolição no Ceará

Em 1881, o jangadeiro Francisco José do Nascimento comandou uma greve de jangadeiros em Fortaleza, o que paralisou o tráfico e escravos por vários dias. Ele fazia parte do Movimento Abolicionista Cearense, ganhando a alcunha de “Dragão do Mar” pelos jornais que aplaudiram a estratégia.

Entre as classes abastadas da província do Ceará, destacou-se Maria Tomásia Figueira Lima, organizadora da Sociedade das Cearenses Libertadoras, que chegou a receber auxílio financeiro do próprio imperador. As mulheres associadas conseguiram dezenas de alforrias em poucos anos, além de organizarem reuniões públicas e redigirem textos favoráveis à abolição. Em 25 de março de 1884, a Assembleia Provincial aboliu a escravidão no Ceará, sendo seu exemplo seguido no Amazonas. Com isso, a abolição em ambas as províncias ocorreu quatro anos do restante do Império brasileiro.

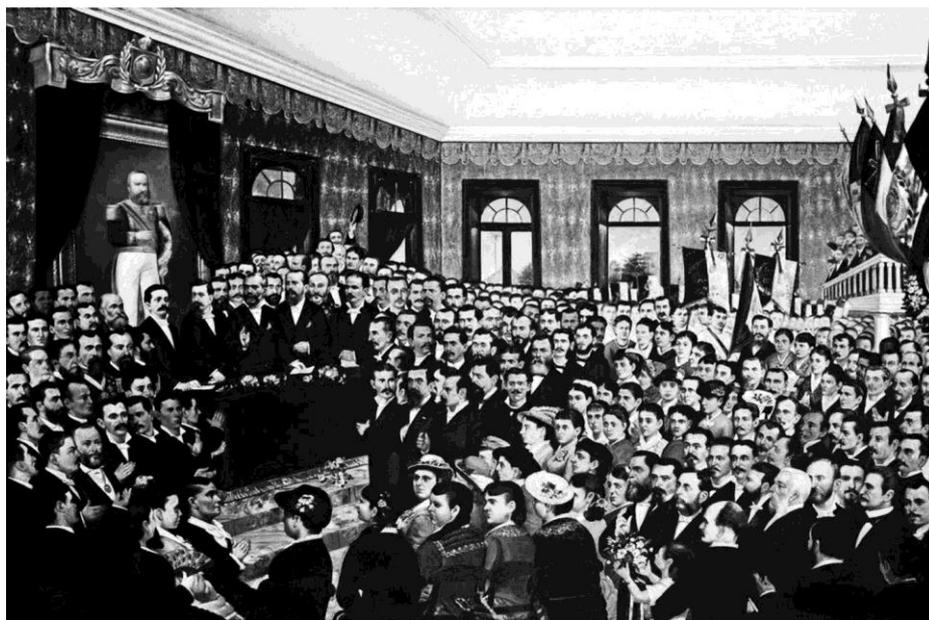


Figura 11 - Presidente da província do Ceará declara abolição da escravidão no Estado, em 1884. Repare que na sessão há a participação de diversas mulheres. Fonte: Biblioteca Nacional.



Os escravistas responderam aos avanços abolicionistas dominando a Câmara a partir da ascensão do gabinete do Conselheiro Saraiva (1823-1895). Este é o responsável pela aprovação da chamada lei Saraiva-Cotegipe, ou **Lei dos Sexagenários (1885)**, que concedia alforria aos maiores de 65 anos. Na prática, boa parte dos negros não ultrapassava os 40, e aqueles que conseguiam, dificilmente abandonariam suas fazendas sendo improdutivos. Desta forma, tratava-se de uma lei conservadora, aprovada unicamente para adiar a abolição da escravidão. Neste momento, a campanha abolicionista também aposta em estratégias mais agressivas para pressionar o governo, financiando quilombos e auxiliando fugas de escravos. O Exército também adere ao movimento, se indispondo a perseguir aqueles que escapavam de seus senhores.

Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, que ocupava a regência do trono enquanto o pai estava fora do país, assinou a **Lei Áurea**, que acabou com a escravidão. Festejos em comemoração ao ato duraram semanas, afinal a campanha pela abolição conquistara a opinião pública e dispunha de associados em todas as províncias.

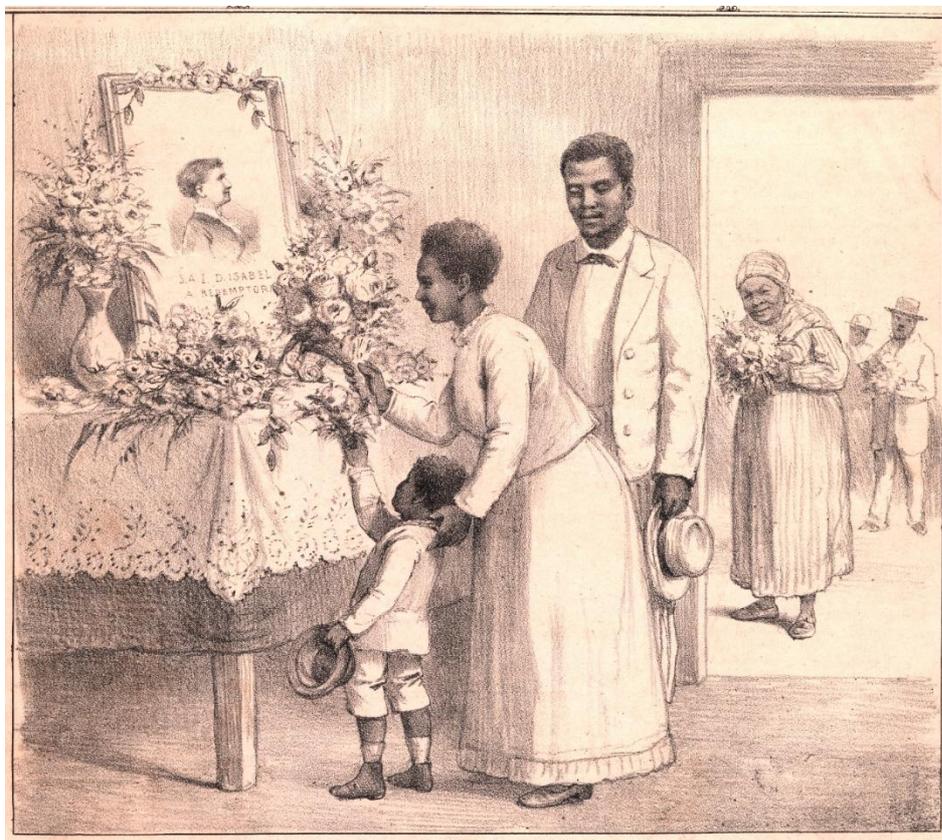


Figura 12 - A princesa Isabel, que se torna conhecida como "A Redentora", é homenageada por libertos com camélias, flores que simbolizavam a abolição. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Mas passadas as comemorações, a monarquia não apresentou soluções para incorporar estas populações libertas na sociedade brasileira, permanecendo como "subcidadãos" nas décadas seguintes. No Nordeste, a maioria continuaria a trabalhar nas fazendas dos antigos donos, enquanto nas áreas de cultivo de café em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro eles representavam 60% da mão de obra empregada.

A elite escravocrata, que até aquele momento mantinha-se fiel à monarquia com a condição de que fosse mantido o trabalho compulsório, deixam de apoiá-la quando se veem sem indenização pela mão de obra perdida. Contraditoriamente, a monarquia gozava do momento de sua maior popularidade, mas ao mesmo tempo, acelerava seu desgaste junto aos atores políticos do período. Após a aprovação da Lei Áurea, o barão de Cotegipe, um dos maiores inimigos do movimento abolicionista, diria à princesa Isabel: “a senhora acabou de redimir uma raça e perder o trono”.

Dessa maneira, boa parte da elite cafeeira escravocrata se aproxima neste período do **Partido Republicano, organização criada em 1870 por fazendeiros do Oeste Paulista em Itu, São Paulo**. Defensores da modernização do país, os republicanos daquela província mostravam-se mais federalistas do que republicanistas de fato, já que a hegemonia política desfrutada pelos cafeeiros do Vale do Paraíba junto aos senhores do açúcar no Nordeste impedia-os de promover as reformas que julgavam necessárias. Embora muitos não tenham se engajado na campanha abolicionista, os republicanos foram hábeis em se utilizar das queixas dos cafeeiros escravocratas desamparados pela monarquia, encampando a ideia de “República com indenização”.



Figura 13 - Na charge de Ângelo Agostini, a República repele os escravocratas que a perseguem.

6.2. A questão religiosa

O catolicismo era a religião oficial do Brasil, estando a Igreja subordinada ao Estado pelo regime do **padroado**. Ele conferia ao Imperador a prerrogativa de escolher os clérigos para o preenchimento de cargos no interior da Igreja, ao mesmo tempo em que se comprometia a sustentar a estrutura eclesiástica. Além disso, as bulas papais (decretos) só poderiam ser aplicadas no país mediante o consentimento do monarca.

A elaboração de uma bula papal por Pio IX que recomendava a **excomunhão de católicos maçons** não foi acatada pelo Estado brasileiro, afinal o número de católicos ligados à maçonaria era elevado, incluindo padres. Em 1872, contudo, os **bispos de Olinda e Recife**, dispostos a cumprir as ordens papais, suspenderam todas as irmandades religiosas que não afastaram seus membros maçons, o que os levou a serem julgados e condenados por ordem do imperador.

Embora sua pena tenha sido comutada em 1875, a repercussão da prisão dos bispos feriu a religiosidade popular e afrontou a Igreja. Conseqüentemente, **a instituição se afastou do poder imperial**, e ainda que não tenha se envolvido na causa republicana, tampouco agiu em favor da monarquia.



Figura 14 - Na charge acima, publicada pela Revista O Mequetrefe, em 1875, a anistia aos bispos é vista como um ato de corrupção.
Fonte: Biblioteca Nacional.

6.3. A questão militar

O Exército foi uma instituição que saiu bastante fortalecida da Guerra do Paraguai, mas não encontrou nas elites civis a valorização que esperava nos anos consecutivos. Para os governantes civis (“casacas”), a Guarda Nacional continuava a ser a força que garantiria a sua manutenção no poder, não se preocupando em criar políticas voltadas para os militares.

Diante disso, oficiais passaram a fazer uso da esfera pública para reivindicar melhores condições de soldo e de carreira, afrontando a proibição imposta aos militares de não realizarem pronunciamentos na imprensa. Em 1884, o **tenente-coronel Sena Madureira** foi advertido pelo Ministro da Guerra se mostrar favorável à causa abolicionista, mas rebateu afirmando que só devia explicações à Sua Alteza, o Conde D’Eu.

Pouco tempo depois, o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos se utilizou da imprensa para denunciar irregularidades cometidas pelo capitão Pedro José de Lima, membro do Partido Conservador. Acabou sendo punido pelo Ministro da Guerra, que fez o mesmo com Sena Madureira quando este publicou um artigo em defesa do coronel.



Os pronunciamentos públicos dos militares repercutiram entre os membros da “mocidade militar”, muitos deles situados na **Escola Militar da Praia Vermelha**, no Rio de Janeiro. Um dos professores de destaque daquela instituição era **Benjamin Constant**, militar que defendia a implantação de uma **República positivista** no Brasil, ou seja, com um forte poder central e marcada pela separação entre Igreja e Estado. É da filosofia positivista a origem do lema da nossa atual bandeira, “**Ordem e Progresso**”.

A chamada Questão Militar também mobilizou quadros do Alto Oficialato. O **marechal Deodoro da Fonseca** e o visconde de Pelotas, dois nomes que se destacaram na Guerra do Paraguai, saíram em defesa de Cunha Matos, colocando-se contrários à sua punição. Essa indisposição colocava os militares afastados não somente das elites civis, mas da própria monarquia. Os republicanos civis faziam questão de ratificar os posicionamentos dos militares, apostando que eles seriam agentes fundamentais para a implementação de um golpe de Estado no Brasil.

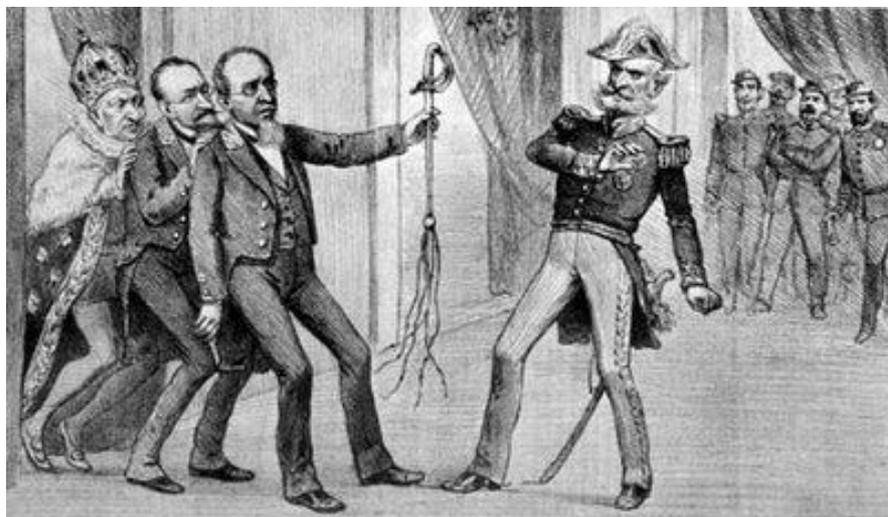


Figura 15 - Na charge, o marechal Deodoro da Fonseca se recusa a castigar os militares que contrariam as elites civis.

A Proclamação da República

Em julho de 1889, o gabinete liberal liderado por Ouro Preto tentou aprovar amplas reformas no Império, mas foram vetados pelos conservadores da Câmara. Os civis republicanos, embora minoritários na cena pública, ganhavam força ao conquistar o apoio de escravocratas e militares insatisfeitos com o tratamento legado a sua classe.

No dia 11 de novembro, líderes republicanos se reuniram na casa de Deodoro da Fonseca para pedir que liderasse um golpe contra a monarquia, o que foi aceito pelo velho militar. Naquela ocasião, estavam presentes Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo (político e jornalista), Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e o coronel Sólton Ribeiro.

Na manhã do dia 15 de novembro, com os falsos boatos de que a prisão de Deodoro havia sido decretada, o militar resolveu agir: ordenou a prisão do ministro da Marinha, ocupou o quartel-general do Exército e assinou os primeiros atos de fundação da República. D. Pedro II tentou agir, mas foi retido por militares em Petrópolis. Era o fim da monarquia no país.



7. LISTA DE QUESTÕES



7.1. ESA

1. (ESA 2021-22)

Durante o avanço das Forças Brasileiras na Guerra da Tríplice Aliança, as tropas se depararam com uma posição defensiva estrategicamente construída pelos paraguaios, a fortaleza de Humaitá. Essa posição demandou muito tempo e vidas para ser conquistada. Tal fortaleza estava estabelecida às margens do rio:

- a) Paraíba do Sul.
- b) Paraguai.
- c) Paraná.
- d) Uruguai.
- e) Iguaçu.

2. (ESA)

O item da pauta de exportação brasileira do Segundo Reinado que foi considerado um importante fator de modernização da economia foi:

- a) O Tabaco.
- b) O Café.
- c) A Cana de Açúcar.
- d) A Soja.
- e) O Trigo

3. (ESA)

A Lei de Terras (1850) regulamentou questões relacionadas à propriedade privada da terra e a mão de obra agrícola. Tal legislação atendeu aos interesses dos grandes fazendeiros da região sudeste, que cultivavam:



- a) cacau.
- b) cana de açúcar.
- c) soja.
- d) café.
- e) algodão.

4. (ESA)

Em resposta ao ataque paraguaio à província de Corrientes, em 1865, foi assinado um tratado que deu origem à Tríplice Aliança. Os países que fizeram parte desta Tríplice Aliança foram:

- a) Argentina, Brasil e Chile.
- b) Argentina, Brasil e Uruguai.
- c) Brasil, Uruguai e Paraguai.
- d) Brasil, Argentina e Chile.
- e) Paraguai, Chile e Argentina.

5. (ESA)

Entre as causas da Guerra da Tríplice Aliança temos a (o):

- a) disputa pela livre navegação na Bacia do Prata.
- b) controle sobre as exportações de prata e estanho vindos da Bolívia.
- c) interesse da Inglaterra em dominar o mercado de exportação de erva-mate.
- d) desejo do presidente Solano Lopez em anexar o Uruguai.
- e) apresamento do Navio Marquês de Olinda, que levava o presidente da província de São Paulo.

6. (ESA)

A decretação da cobrança da Tarifa Alves Branco (1844) levou o governo Imperial a:

- a) falência do Banco do Brasil.
- b) um aumento da tributação sobre as importações
- c) proibir o tráfico de escravos
- d) decretar o fim do Tratado de Methuen.
- e) incentivar as importações de produtos.



7. (ESA)

Em 1845, a Inglaterra aprovou o Bill Aberdeen. Com relação a esse ato é correto afirmar:

- a) concedia à Inglaterra o direito de monopolizar o tráfico negreiro para o Brasil.
- b) determinava a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre.
- c) era declarado legal o aprisionamento de qualquer navio negreiro, bem como o julgamento dos traficantes pela marinha inglesa.
- d) elevava violentamente as taxas alfandegárias sobre os produtos brasileiros.
- e) visava à eliminação da concorrência que a agricultura escravista brasileira representava.

8. (ESA)

Ente os anos de 1864 e 1870, desenrolou-se na América do Sul, um conflito intitulado Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança. Podemos afirmar que o episódio conhecido como o estopim para o início deste conflito foi o (a):

- a) aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda pelos paraguaios.
- b) ataque paraguaio às tropas da Tríplice Aliança na Batalha de Tuiuti.
- c) duelo naval ente as marinhas paraguaia e brasileira na batalha do Riachuelo.
- d) Invasão de áreas dos estados do Paraná e São Paulo.
- e) tentativa de tomada de Buenos Aires e La Paz pelo ditador Solano López.

(ESA)

A importância da Lei Eusébio de Queirós (1850), no contexto do processo de abolição da escravatura, está no fato de ter:

- a) Declarado extinto o tráfico de africanos, estipulando penas para seus infratores.
- b) Concedido liberdade a todos os escravos que participaram da Praieira (1848).
- c) Permitido a repressão dos traficantes de escravos por navios da marinha portuguesa.
- d) Libertado os escravos que fossem maiores de 60 anos de idade.
- e) Acabado com a venda em separado de casais africanos em leilões públicos.

10. (ESA)

Sobre a expansão do café no século XIX, podemos afirmar que:

- a) Surgiu juntamente com o desenvolvimento da cana-de-açúcar
- b) Tornou-se o principal produto agrícola durante o segundo reinado
- c) Fez com que o Brasil se tornasse o terceiro maior produtor mundial do produto



- d) Encontrou seu maior desenvolvimento no nordeste brasileiro
- e) Surgiu juntamente com o ciclo da mineração

11. (ESA)

Durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), após a ocupação da capital paraguaia, o comando das forças brasileiras passou a ser exercido por:

- a) Conde D'Eu;
- b) Osório;
- c) Caxias;
- d) Tamandaré;
- e) Solano López

12. (ESA)

Países integrantes com o Brasil da chamada "Tríplice Aliança", na guerra do Paraguai:

- a) Argentina e Chile
- b) Argentina e Uruguai
- c) Bolívia e Chile
- d) Bolívia e Uruguai

13. (ESA)

Entre as condições que favoreceram a incipiente atividade industrial no Segundo Reinado, pode ser citada:

- a) a retomada da tradição manufatureira portuguesa.
- b) a extinção da política de produção alfandegária.
- c) a disponibilidade de capitais decorrentes da extinção do tráfico negreiro.
- d) a concessão de incentivos diretos à exportação de produtos industrializados.
- e) a exploração da siderurgia e das fontes de energia hidrelétrica.

14. (ESA)

Durante o Segundo Reinado, o Brasil teve alguns conflitos com a Inglaterra, que não queria reconhecer nossos direitos como nação soberana e independente. Esses conflitos consistiram na chamada:

- a) Questão Christie
- b) Questão Inglesa



- c) Questão Religiosa
- d) Questão de Gales
- e) Questão Militar

15. (ESA)

No início, todos os trabalhadores das fazendas de café eram escravos. Ao longo dos anos, passaram a ser substituídos por imigrantes, principalmente:

- a) portugueses e franceses
- b) portugueses e espanhóis
- c) alemães e italianos
- d) italianos e ingleses.

16. (ESA)

A 1ª lei decretada no Brasil sobre a Questão Servil, em consequência do bloqueio ao tráfico negreiro imposto pela Inglaterra, foi a:

- a) do Ventre Livre
- b) Áurea
- c) Saraiva Cotegipe
- d) dos Sexagenários
- e) Eusébio de Queirós

17. (ESA - Adaptada)

Destaca-se como consequência institucional da Guerra do Paraguai:

- a) o desenvolvimento da indústria têxtil.
- b) A formação do Partido Restaurador.
- c) A evolução do ideal republicano.
- d) O fortalecimento do Exército Brasileiro.
- e) A ampliação do Poder Judiciário

18. (ESA)

Logo após o Golpe da Maioridade, D. Pedro II teve de enfrentar a Revolta Liberal de 1842. Este movimento originou-se:

- a) do separatismo paulista.



- b) Na instituição da Presidência do Conselho de Ministros, considerada pelos liberais como contrária à Constituição.
- c) Na agitação feita por elementos republicanos estimulados pelo exemplo dos países platinos.
- d) Na oposição dos liberais ao movimento maiorista que se efetivou, ferindo a Constituição.
- e) Na dissolução da recém eleita Câmara dos Deputados, sob a alegação de fraude e violência nas eleições.

19. (ESA)

Apesar da preponderância inglesa no século XIX, por dois anos o Brasil manteve cortadas as relações diplomáticas com o governo de Londres. Este rompimento foi em decorrência:

- (A) da aprovação da Lei Eusébio de Queirós.
- (B) da oposição do Brasil à renovação dos tratados de 1810.
- (C) da Questão Christie.
- (D) da intervenção inglesa na Cisplatina.
- (E) da oposição da Inglaterra à renovação dos tratados de 1810.

20. (ESA)

Foi fator determinante da Proclamação da República brasileira:

- (A) a Questão operária.
- (B) a repressão à Confederação do Equador.
- (C) a Questão Servil, que culminou com a Abolição da Escravatura.
- (D) o movimento conhecido como Revolta da Chibata.
- (E) a propagação das ideias levantadas pelos conjurados mineiros por ocasião da derrama.

21. (ESA)

A lei inglesa do Bill Aberdeen de 1845 determinava:

- (A) permissão à esquadra inglesa para aprisionar navios negreiros.
- (B) abolição do tráfico negreiro para a Inglaterra.
- (C) abolição completa da escravidão no Brasil.
- (D) abolição do tráfico negreiro no Brasil.
- (E) uma situação privilegiada para o comércio do Brasil com o mundo.



22. (ESA)

Pelo Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1º de maio de 1865, comprometiam-se a lutar contra o governo paraguaio os seguintes países:

- (A) Argentina, Uruguai e Chile.
- (B) Brasil, Argentina e Uruguai.
- (C) Brasil, Argentina e Chile.
- (D) Brasil, Bolívia e Chile.
- (E) Chile, Peru e Argentina.

23. (ESA)

Uma das seguintes leis não está ligada à abolição da escravatura:

- (A) Lei Eusébio de Queirós.
- (B) Lei Visconde de Rio Branco.
- (C) Ato Adicional de 1834.
- (D) Lei Saraiva-Cotegipe.
- (E) Bill Aberdeen.

24. (ESA)

A "Tarifa Alves Branco", decretada em 1844, colaborou para:

- (A) interromper o crescimento da indústria nacional.
- (B) facilitar a entrada de produtos industrializados no País.
- (C) impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional.
- (D) favorecer os privilégios alfandegários ingleses.
- (E) reafirmar o controle norte-americano sobre nossa economia.

25. (ESA)

Questão Religiosa, de 1872, acabou afastando a Igreja do Império, ocasionando:

- (A) o afastamento do alto clero das questões políticas.
- (B) a participação do clero na "Questão Militar"
- (C) o seu abandono pela causa da abolição da escravatura.
- (D) a expulsão dos jesuítas.
- (E) a condenação dos bispos, em face dos atritos destes religiosos com a maçonaria.



26. (ESA)

Temeroso da devolução do poder aos "liberais", os "conservadores" promoveram em 1850, a aprovação da lei que extinguiu o tráfico de escravo africanos, denominada:

- (A) Lei Eusébio de Queirós
- (B) Lei Nabuco de Araújo
- (C) Lei dos Sexagenários
- (D) Lei Rui Barbosa
- (E) Lei Áurea

27. (ESA)

O Manifesto Republicano de 1870 defendeu fundamentalmente:

- (A) a manutenção da Constituição de 1824.
- (B) o unitarismo contra a burocracia federalista do Império.
- (C) a união Igreja-Estado e a extinção da vitaliciedade do Senado.
- (D) a criação de um único partido político, em cada província.
- (E) o federalismo em oposição ao unitarismo que caracterizava o Império.

28. (ESA)

Caxias, além de herói de conflitos externos durante o 2º Reinado, recebeu também o título de "Pacificador", por ter abafado as seguintes rebeliões internas:

- (A) Farrapos, Praieira e Balaiada
- (B) Balaiada, Liberal de Minas e São Paulo e Farrapos.
- (C) Cabanada, Praieira e Sabinada.
- (D) Cabanada, Sabinada e Liberal de Minas Gerais e São Paulo

29. (ESA)

No período imperial de D. Pedro II, o produto econômico que mais se destacou e que ainda é uma importante fonte de divisas para o Brasil, foi o:

- (A) algodão
- (B) café
- (C) cacau
- (D) milho



30. (ESA)

O surgimento de 62 empresas industriais, 14 bancos, 20 companhias de navegação, 23 de seguros, 8 ferrovias e outros empreendimentos do decênio posterior a 1850, no Brasil, relaciona-se com:

- a) disponibilidade de capitais resultantes da extinção do tráfico negreiro intercontinental.
- b) A política de livre-cambismo do Império.
- c) A ampliação do mercado interno como decorrência da abolição da escravatura naquela década.
- d) Aos crescentes investimentos estrangeiros interessados na industrialização do Brasil

31. (ESA)

O Brasil sofreu uma intensa imigração na segunda metade do século XIX, causada essencialmente pela:

- (A) decadência da agricultura
- (B) liberação do tráfico escravo
- (C) necessidade de crédito
- (D) expansão da lavoura cafeeira

32. (ESA)

Em 1844, o Império brasileiro adotou a política do protecionismo alfandegário, abandonando a política econômica do livre cambismo. Era a chamada Tarifa Alves Branco. A Tarifa Alves Branco proporcionou:

- (A) prejuízo às indústrias brasileiras.
- (B) Pagamento de menores tarifas, pelos produtos estrangeiros, na alfândega do Brasil.
- (C) Aumento nos preços dos produtos estrangeiros no Brasil.
- (D) Um grande benefício à Inglaterra, principal exportadora de manufaturados para o Brasil.

33. (ESA) A política externa do 2º Reinado do Brasil foi marcada por um envolvimento em constantes lutas na Bacia do Prata, durante quase 20 anos.

Sobre estas lutas a assertiva correta é:

- (A) as nossas intervenções no Uruguai foram em favor do Partido Blanco e contra o Partido Colorado, rival tradicional da política brasileira na região.



(B) O Presidente do Uruguai em 1864 era Atanásio Aguirre, deposto pelas forças brasileiras que colocaram à frente do governo uruguaio Venâncio Flores, favorável ao Brasil.

(C) O desejo de Oribe, de formar o "Paraguai Maior", foi uma das causas da luta do Brasil contra este caudilho.

(D) Uma das causas da Guerra do Paraguai foi o desejo de Solano Lopes de restabelecer o Vice-Reino do Prata.

34. (ESA)

A política externa do 2º Reinado teve como característica principal:

(A) a proclamação da República Juliana

(B) as lutas contra os estados platinos

(C) as questões de limites com a França

d) a participação de Alexandre de Gusmão

35. (ESA)

No dia 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança para atuarem contra o Paraguai. Nessa oportunidade escolheram para exercer a função de Comandante-em-Chefe das forças aliadas para a invasão do Paraguai:

a) Luís Alves de Lima e Silva

b) Manuel Luís Osório

c) Solano Lopez

d) Venâncio Flores

e) Bartolomeu Mitre

7.2. EsPCEX

1. (EsPCEX/2020)

Em 1844, no Brasil, foi criada uma nova tarifa alfandegária sobre produtos importados, que, variando entre 30% e 60%, favoreceu a criação de indústrias, bancos, ferrovias, mineradoras etc. Ela ficou conhecida pelo nome de seu criador, que era, então, o Ministro da Fazenda:

a) Rui Barbosa.

b) Alves Branco.

c) Barão de Mauá.

d) Eusébio de Queirós.



e) Barão de Tefé.

2. (EsPCEx/2019)

Ideias republicanas estavam presentes entre os brasileiros há tempos. No século XVIII, inspiraram movimentos contra o domínio português. Em 1870, um grupo de políticos lançou, no Rio de Janeiro, o Manifesto Republicano. Os seguintes episódios, ocorridos na segunda metade do século XIX, abalaram o Império Brasileiro.

Considerando os seguintes fatos:

I – Questão Militar.

II – Questão de Fronteiras.

III – Questão Religiosa.

IV – Questão da Cisplatina.

V – Questão Abolicionista.

Assinale abaixo a alternativa em que todas as proposições estão corretas no que se refere às questões que contribuíram para o fim do período Imperial Brasileiro.

a) I e II.

b) I, II e III.

c) I, III e V.

d) III, IV e V.

e) IV e V.

3. (EsPCEx/2012)

“Os interesses na região platina levaram o Brasil a participar de três guerras: contra Oribe e Rosas (presidentes do Uruguai e da Argentina, respectivamente), contra Aguirre (do Uruguai) e a Guerra do Paraguai.”

(COTRIM, 2009)

Sobre esse tema, leia as afirmações abaixo:

I. Garantir o direito de navegação pelo rio da Prata, formado pela junção dos rios Paraná e Uruguai;

II. Garantir a permanência de Solano Lopes na presidência do Paraguai;

III. Manter o Uruguai como província;

IV. Impedir que a Argentina anexasse o Uruguai;

V. Conquistar uma saída para o Oceano Pacífico.



Assinale a única alternativa que apresenta todas as afirmações corretas sobre os objetivos brasileiros nesses conflitos:

- a) I e IV.
- b) II, III e V.
- c) II e III.
- d) I, IV e V.
- e) I e III.

4. (EsPCEX/2011)

Sobre a Proclamação da República, a tradição historiográfica relaciona três questões responsáveis pela queda da monarquia: a questão servil (escravidão), a religiosa e a militar.

Leia atentamente os itens abaixo.

I. Segundo o regime de padroado, cabia ao imperador a escolha dos clérigos para os cargos importantes da Igreja.

II. A Igreja afastou-se do governo imperial, após D. Pedro II ter ordenado aos padres afastarem-se da maçonaria.

III. A Lei Saraiva-Cotegipe estabelecia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade, tendo um alcance extremamente positivo na luta contra a escravidão no Brasil, pois na prática colocava em liberdade imediata um grande contingente de escravos que já tinham atingido a idade.

IV. Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel promulgou a Lei do Ventre Livre, declarando extinta a escravidão no Brasil.

V. O Exército Brasileiro tomou consciência de sua importância após a guerra do Paraguai.

Assinale a única alternativa em que todos os itens listam características corretas.

- a) I, II e V.
- b) II e IV.
- c) III, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) I e V.

5. (EsPCEX/2010)

“A Tarifa Alves Branco (decreto de 12 de Agosto de 1844), criada por Manuel Alves Branco (2º Visconde de Caravelas), Ministro da Fazenda do gabinete liberal que assumiu em 2 de fevereiro de 1844”.

(KOSHIBA; PEREIRA, 2003)



Este decreto

- a) reduzia os direitos alfandegários das mercadorias inglesas para 15% ad valorem.
- b) barateava os custos para a importação de mercadorias estrangeiras.
- c) extinguiu as tarifas que favoreciam a Inglaterra e que prejudicavam o crescimento do setor industrial brasileiro.
- d) facilitava a exportação dos derivados da cana-de-açúcar, por deixá-los mais baratos no mercado internacional.
- e) pouco afetava a arrecadação do País, tendo em vista a pequena participação das tarifas alfandegárias na composição da receita governamental.

6. (EsPCEx/2010)

“O exemplo [...] britânico e o desejo de preservar politicamente o monarca levaram à criação, em 1847, do cargo do Conselho de Ministros, escolhido pelo Imperador. Se o ministério (ou Conselho de Ministros) não possuísse maioria [...], a Câmara seria dissolvida, convocando-se novas eleições”

(BARBEIRO; CANTELE; SCHNEEBERGER, 2007)

Esse sistema utilizado no Brasil, em parte do 2º Reinado, ficou conhecido como

- a) Presidencialismo Monárquico.
- b) Ditadura Monárquica.
- c) Parlamentarismo Tradicional.
- d) Parlamentarismo às avessas.
- e) Autoritarismo Monárquico.

7.3. Inéditas

1. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Durante a Guerra do Paraguai, a queda da fortaleza de Humaitá, em 1868, foi seguida por uma campanha na qual os aliados bateram os paraguaios em Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, conhecida como

- a) Abrilada
- b) Ruscas
- c) Setembrada
- d) Novembrada
- e) Dezembrada

2. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)



A Guerra do Paraguai, o mais sangrento conflito da América do Sul, começou com:

- A) o fechamento do comércio fluvial na bacia do Prata.
- B) a ofensiva de Solano López contra Brasil e Argentina.
- C) o ataque a navios mercantes argentinos no Rio da Prata.
- D) o rompimento dos acordos firmados pela Tríplice Aliança.
- E) a influência dos ingleses na economia da região do Prata.

3. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Durante o Segundo Reinado, a principal liderança intelectual do Exército a defender a implantação de uma República positivista foi

- a) Benjamin Constant
- b) Deodoro da Fonseca
- c) Floriano Peixoto
- d) Sena Madureira
- e) Visconde de Pelotas

4. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em 1844, o ministro da Fazenda Manuel Alves Branco alterou a política alfandegária do governo, o que estimulou

- A) o desenvolvimento da indústria nacional
- B) o crescimento do tráfico negreiro interno
- C) a restrição à entrada de imigrantes europeus
- D) trocas econômicas com os países platinos
- E) o rompimento de relações diplomáticas com Inglaterra

5. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

O Partido Republicano Paulista (PRP), a mais exitosa de todas as organizações republicanas do Segundo Reinado, foi fundado em 18 de abril de 1873, por uma convenção realizada em

- A) São Paulo
- B) Itu
- C) Campinas
- D) Sorocaba
- E) Bauru



6. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as rebeliões listadas abaixo, ocorridas durante o período imperial, as que tiveram a participação de Caxias como figura pacificadora foram

- A) a Revolta do Malês e a Cabanagem
- B) a Sabinada e a Guerra dos Farrapos
- C) a Balaiada e a Revolta Liberal de 1842
- D) a Farroupilha e a Cabanada
- E) a Balaiada e a Revolta da Praieira

7. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as consequências da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), pode-se destacar

- A) o fortalecimento do Exército como instituição
- B) crescimento vertiginoso do partido republicano no Brasil
- C) desentendimentos entre o clero e a monarquia
- D) intensificação das relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai
- E) diminuição da dívida externa brasileira

8. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A respeito da abolição da escravidão no Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) foi um processo ocorrido de maneira gradual, sendo o Brasil um dos primeiros países da América Latina a encerrá-lo.
- B) A Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil, foi considerada polêmica por conferir indenizações aos proprietários de cativos.
- C) A Lei Saraiva-Cotegipe, também conhecida como Lei dos Sexagenários, foi a responsável pela libertação do maior contingente de escravizados.
- D) A Lei do Ventre Livre, ou Lei do Rio Branco, determinou que os filhos de escravizadas nascidos a partir daquela data seriam livres, mas estabeleceu condições para a alforria.
- E) A Lei Eusébio de Queirós, em 1850, pode ser entendida como o primeiro passo rumo à abolição, sendo responsável pelo fim dos tráficos interno e externo de cativos.

9. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Na década de 1880, a região de São Paulo foi marcada pela intensificação das fugas de escravizados, que muitas vezes contavam com o apoio de um movimento liderado pelo juiz Antônio Bento e intitulado

- A) Sociedade Brasileira Contra a Escravidão



- B) Caifazes
- C) Associação Central Emancipacionista
- D) Confederação Abolicionista
- E) Sociedade Manumissora

10. (Estratégia Militares 2020 - Inédita)

Dentre as consequências da Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico negreiro no Brasil, pode-se destacar

- A) a liberação de capitais para outros setores da economia.
- B) o agravamento da crise econômica verificada no Segundo Reinado.
- C) a drástica diminuição da produção cafeeira do Oeste paulista.
- D) o crescimento da escravidão indígena nas regiões produtoras de café.
- E) o impacto negativo na indústria naval, até então impulsionada pelo tráfico.

11. (Estratégia Militares 2020 - Inédita)

A Lei dos Sexagenários, aprovada em setembro de 1885 e que concedeu liberdade aos escravizados com mais de 60 anos de idade, também ficou conhecida como

- A) Lei Eusébio de Queirós
- B) Lei Saraiva-Cotegipe
- C) Nabuco de Araújo
- D) Lei Áurea
- E) Lei Rio Branco

12. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Durante o período imperial, a introdução do parlamentarismo no Brasil se no contexto

- A) da suspensão dos trabalhos da Constituinte, em 1823.
- B) da ascensão de D. Pedro II, pelo golpe da maioria, em 1840.
- C) da outorga do texto constitucional por D. Pedro I, em 1824.
- D) da criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847.
- E) da crise do Primeiro Reinado, que culminou na abdicação de D. Pedro I, em 1823.

8. GABARITO



8.1. ESA

1. B	13. C	25. E
2. B	14. A	26. A
3. D	15. C	27. E
4. B	16. E	28. B
5. A	17. D	29. B
6. B	18. E	30. A
7. C	19. C	31. D
8. A	20. C	32. C
9. A	21. A	33. B
10. B	22. B	34. B
11. A	23. C	35. E
12. B	24. C	

GABARITO



8.2. EsPCEEx

1. B	3. A	5. C
2. C	4. E	6. D

8.3. Inéditas

1. E	5. B	9. B
2. B	6. C	10. A
3. A	7. A	11. B
4. A	8. D	12. D

9. LISTA DE QUESTÕES COMENTADA

9.1. ESA

1. (ESA 2021-22)

Durante o avanço das Forças Brasileiras na Guerra da Tríplice Aliança, as tropas se depararam com uma posição defensiva estrategicamente construída pelos paraguaios, a



fortaleza de Humaitá. Essa posição demandou muito tempo e vidas para ser conquistada. Tal fortaleza estava estabelecida às margens do rio:

- a) Paraíba do Sul.
- b) Paraguai.
- c) Paraná.
- d) Uruguai.
- e) Iguaçu.

Comentários

- A alternativa A está incorreta. O Rio Paraíba do Sul banha os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ao passo que os conflitos foram travados na bacia do rio da Prata.
- A alternativa B é a resposta. Um dos pontos mais decisivos da Guerra do Paraguai foi a tomada da fortaleza de Humaitá, construída na margem esquerda do Rio Paraguai – curiosamente, por brasileiros, durante o período colonial.
- A alternativa C está incorreta, afinal no rio Paraná ocorreu o sequestro do navio Marquês de Olinda, episódio que deu origem à Guerra do Paraguai.
- As alternativas D está incorreta, afinal os paraguaios se renderam à Tríplice Aliança às margens do Rio Uruguai, no episódio que ficou conhecido como Rendição de Uruguiana.
- A alternativa E está incorreta, afinal os paraguaios não chegaram a combater o Brasil no Rio Uruguai e no Rio Iguaçu. Contudo, convém destacar a rendição dos paraguaios em Uruguiana, relativamente próxima da região.

Gabarito: B

2. (ESA)

O item da pauta de exportação brasileira do Segundo Reinado que foi considerado um importante fator de modernização da economia foi:

- a) O Tabaco.
- b) O Café.
- c) A Cana de Açúcar.
- d) A Soja.
- e) O Trigo

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o tabaco foi um produto importante na pauta de exportações do país, mas está relacionado à modernização econômica verificada no século XIX.
- A alternativa B é a resposta. A partir da década de 1830, o Brasil se tornou o principal produtor de café do mundo, sendo parte de seus lucros direcionada para a modernização de técnicas, meios de transporte e de comunicações na segunda metade do século XIX.



- A alternativa C está incorreta. No século XIX, a produção açucareira vivenciava uma crise que se arrastava desde o período colonial, quando o açúcar das Antilhas passou a rivalizar com o brasileiro no mercado internacional.
- A alternativa D está incorreta, afinal o Brasil não cultivava soja no período.
- A alternativa E está incorreta, afinal o trigo não integrava o eixo econômico do Brasil no período.

Gabarito: B

3. (ESA)

A Lei de Terras (1850) regulamentou questões relacionadas à propriedade privada da terra e a mão de obra agrícola. Tal legislação atendeu aos interesses dos grandes fazendeiros da região sudeste, que cultivavam:

- a) cacau.
- b) cana de açúcar.
- c) soja.
- d) café.
- e) algodão.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o cacau era uma das “drogas do sertão” exploradas na região amazônica durante o período colonial.
- A alternativa B está incorreta, uma vez que a produção açucareira prosperou na região Nordeste, sendo o eixo econômico do Brasil durante o período colonial.
- A alternativa C está incorreta, afinal o Brasil não cultivava soja quando foi instituída a Lei de Terras, sendo um produto que integra o eixo econômico do país em nossa história recente.
- A alternativa D é a resposta. Aprovada 14 dias após a Lei Eusébio de Queirós, a Lei de Terras (1850) estabeleceu que todas as terras devolutas eram consideradas pertencentes ao Estado, e que não poderiam ser adquiridas de nenhuma outra forma senão por meio de compra. Com isso, os grandes proprietários, especialmente senhores de café, conseguiam restringir o acesso à terra por libertos e imigrantes, que não poderiam tomar posse ou obter condições de regularizar pequenas propriedades.
- A alternativa E está incorreta, afinal o algodão era um produto cultivado principalmente na província do Maranhão no período, não se destacando na região Sudeste.

Gabarito: D

4. (ESA)



Em resposta ao ataque paraguaio à província de Corrientes, em 1865, foi assinado um tratado que deu origem à Tríplice Aliança. Os países que fizeram parte desta Tríplice Aliança foram:

- a) Argentina, Brasil e Chile.
- b) Argentina, Brasil e Uruguai.
- c) Brasil, Uruguai e Paraguai.
- d) Brasil, Argentina e Chile.
- e) Paraguai, Chile e Argentina.

Comentários

Em 1º de maio de 1865, Brasil Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, por meio do qual se comprometiam a retirar do poder o presidente do Paraguai, Solano López. Assim sendo, a alternativa B é a resposta.

- As alternativas A, C e E estão incorretas, afinal o Paraguai foi o país combatido pelos Aliados no conflito, ao passo que o Chile se manteve neutro.

Gabarito: B

5. (ESA)

Entre as causas da Guerra da Tríplice Aliança temos a (o):

- a) disputa pela livre navegação na Bacia do Prata.
- b) controle sobre as exportações de prata e estanho vindos da Bolívia.
- c) interesse da Inglaterra em dominar o mercado de exportação de erva-mate.
- d) desejo do presidente Solano Lopez em anexar o Uruguai.
- e) apresamento do Navio Marquês de Olinda, que levava o presidente da província de São Paulo.

Comentários

A Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança foi estimulada pelo aumento das tensões na região Platina. Para alguns países, como o Paraguai e o Brasil, era importante a garantia da livre navegação no Rio da Prata, considerado estratégico para a circulação de pessoas e mercadorias para ambos, ao passo que para a Argentina, pelo menos alguns anos antes do início do conflito, o controle do rio da Prata foi aventado, a partir da anexação do Uruguai. Feitas essas considerações, a alternativa A é a resposta.

- A alternativa B está incorreta, afinal a Bolívia não se envolveu na Guerra do Paraguai e não havia interesse dos países beligerantes em suas exportações.

- A alternativa C está incorreta, uma vez que os ingleses se mantiveram neutros no conflito, embora tenham concedido empréstimos ao Brasil.



- A alternativa D está incorreta, afinal foi a Argentina que manifestou desejo de anexar o Uruguai como uma de suas províncias, anos antes da eclosão da Guerra do Paraguai.
- A alternativa E está incorreta. Embora o apresamento do navio Marquês de Olinda seja o estopim para a Guerra, a embarcação transportava o presidente da província do Mato Grosso na ocasião.

Gabarito: A

6. (ESA)

A decretação da cobrança da Tarifa Alves Branco (1844) levou o governo Imperial a:

- a) falência do Banco do Brasil.
- b) um aumento da tributação sobre as importações
- c) proibir o tráfico de escravos
- d) decretar o fim do Tratado de Methuen.
- e) incentivar as importações de produtos.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a Tarifa contribuiu para o aumento da arrecadação do Estado Imperial, mantendo a circulação de recursos no Banco do Brasil.
- A alternativa B é a resposta. A Tarifa Alves Branco alterou a política alfandegária do país ao elevar para 30% o imposto cobrado sobre os importados, ou 60 % quando estes apresentavam similares sendo produzidos no Brasil.
- A alternativa C está incorreta, afinal a proibição do tráfico negreiro foi decorrente da Lei Eusébio de Queirós.
- A alternativa D está incorreta, pois o Tratado de Methuen foi um acordo firmado entre Portugal e Inglaterra, portanto não se aplicava ao Brasil independente.
- A alternativa E está incorreta, afinal a Tarifa Alves Branco estimulou a produção nacional de manufaturas, mas que eram direcionadas principalmente para o abastecimento interno.

Gabarito: B

7. (ESA)

Em 1845, a Inglaterra aprovou o Bill Aberdeen. Com relação a esse ato é correto afirmar:

- a) concedia à Inglaterra o direito de monopolizar o tráfico negreiro para o Brasil.
- b) determinava a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre.
- c) era declarado legal o aprisionamento de qualquer navio negreiro, bem como o julgamento dos traficantes pela marinha inglesa.
- d) elevava violentamente as taxas alfandegárias sobre os produtos brasileiros.
- e) visava à eliminação da concorrência que a agricultura escravista brasileira representava.



Comentários

O Bill Aberdeen foi uma lei inglesa que garantia à Marinha britânica a prerrogativa de capturar navios negreiros no Atlântico e julgar seus comandantes, o que torna a alternativa C a resposta.

- A alternativa A está incorreta, afinal a lei foi criada justamente para combater a continuidade do tráfico no Atlântico.
- A alternativa B está incorreta, pois a lei versava sobre o combate ao tráfico negreiro, ainda que indiretamente tenha pressionado o Brasil a tomar medidas efetivas para promover a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre.
- A alternativa D está incorreta. Em represália à Tarifa Alves Branco, a Inglaterra não boicotou as exportações brasileiras com taxas alfandegárias, mas pressionou o país a abolir a escravidão por meio do Bill Aberdeen.
- A alternativa E está incorreta, afinal as exportações inglesas e brasileiras não eram coincidentes – o Brasil exportava produtos agrícolas, ao passo que a Inglaterra exportava produtos industrializados.

Gabarito: C

8. (ESA)

Ente os anos de 1864 e 1870, desenrolou-se na América do Sul, um conflito intitulado Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança. Podemos afirmar que o episódio conhecido como o estopim para o início deste conflito foi o (a):

- a) aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda pelos paraguaios.
- b) ataque paraguaio às tropas da Tríplice Aliança na Batalha de Tuiuti.
- c) duelo naval ente as marinhas paraguaia e brasileira na batalha do Riachuelo.
- d) Invasão de áreas dos estados do Paraná e São Paulo.
- e) tentativa de tomada de Buenos Aires e La Paz pelo ditador Solano López.

Comentários

Em 12 de novembro de 1864, o ditador paraguaio Solano López resolveu afirmar a posição do seu país na região Platina ao sequestrar o navio brasileiro Marquês de Olinda, quando este transportava o presidente da província do Mato Grosso. Diante disso, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Paraguai, dando início à Guerra da Tríplice Aliança. A alternativa A, portanto, é a resposta.

- A alternativa B está incorreta, afinal a Batalha do Tuiuti foi um dos atos da Guerra do Paraguai, ocorrendo no ano de 1866. - A alternativa C está incorreta, afinal a Batalha do Riachuelo se deu em 1865. - A alternativa D está incorreta, afinal as regiões de Paraná e São Paulo não foram invadidas pelo Paraguai, mas sim a província do Rio Grande do Sul.
- A alternativa E está incorreta, pois Solano López não invadiu a província de Buenos Aires, mas Corrientes, em março de 1865.



Gabarito: A

9. (ESA)

A importância da Lei Eusébio de Queirós (1850), no contexto do processo de abolição da escravatura, está no fato de ter:

- a) Declarado extinto o tráfico de africanos, estipulando penas para seus infratores.
- b) Concedido liberdade a todos os escravos que participaram da Praieira (1848).
- c) Permitido a repressão dos traficantes de escravos por navios da marinha portuguesa.
- d) Libertado os escravos que fossem maiores de 60 anos de idade.
- e) Acabado com a venda em separado de casais africanos em leilões públicos.

Comentários

- A partir de 1850, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, o Brasil finalmente busca combater de maneira efetiva o comércio transatlântico de escravizados para o Brasil, sendo criado um tribunal especial na Marinha brasileira para julgar os traficantes e reenviar os africanos encontrados em portos e navios de volta para seu continente de origem. A alternativa A, portanto, é a resposta.

- A alternativa B está incorreta, afinal a Lei Eusébio de Queirós estabelecia o fim do tráfico negreiro, não se relacionando à Revolta da Praieira.

- A alternativa C está incorreta, afinal a repressão aos traficantes é reservada à Marinha brasileira pela Lei Eusébio de Queirós.

- A alternativa D está incorreta, afinal faz uma descrição da Lei dos Sexagenários, aprovada em 1885.

- A alternativa E está incorreta, afinal a lei não tratava de leilões de escravizados, mas do tráfico negreiro que abastecia o país com cativos.

Gabarito: A

10. (ESA)

Sobre a expansão do café no século XIX, podemos afirmar que:

- a) Surgiu juntamente com o desenvolvimento da cana-de-açúcar
- b) Tornou-se o principal produto agrícola durante o segundo reinado
- c) Fez com que o Brasil se tornasse o terceiro maior produtor mundial do produto
- d) Encontrou seu maior desenvolvimento no nordeste brasileiro
- e) Surgiu juntamente com o ciclo da mineração

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a cana-de-açúcar passou a ser cultivada no Brasil na primeira metade do século XIX, enquanto a produção cafeeira se expandiu ao longo do XIX.



- A alternativa B é a resposta, afinal o café cultivado no Sudeste respondia por boa parte das exportações brasileiras no século XIX, quando o país se tornou o maior produtor mundial do grão.
- A alternativa C está incorreta, pois o Brasil se tornou líder nas exportações de café ainda em 1830.
- A alternativa D está incorreta, afinal as lavouras cafeeiras se concentraram na região Sudeste, especialmente no Vale do Paraíba e Oeste Paulista.
- A alternativa E está incorreta, afinal o ciclo da mineração remete ao período colonial, enquanto a expansão cafeeira se deu no período imperial.

Gabarito: B

11. (ESA)

Durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), após a ocupação da capital paraguaia, o comando das forças brasileiras passou a ser exercido por:

- a) Conde D'Eu;
- b) Osório;
- c) Caxias;
- d) Tamandaré;
- e) Solano López

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Em janeiro de 1869, as tropas brasileiras invadiram Assunção. Caxias, que desde janeiro de 1868 ocupava o posto de comandante-chefe das forças aliadas, retornou para o Brasil, sendo substituído pelo conde D'Eu, genro do imperador.
- A alternativa B está incorreta. Embora desfrutasse de grande prestígio entre os oficiais e pela população brasileira, o general Osório não ocupou o comando supremo das forças brasileiras. Contudo, foi uma das principais lideranças da Batalha do Tuiuti, em 1866.
- A alternativa C está incorreta. Caxias permaneceu como comandante das forças brasileiras entre 1866 e 1869, retornando ao Brasil após a invasão de Assunção pelas tropas brasileiras. A partir daí, o comando do Exército ficou sob a responsabilidade do Conde D'Eu, marido da princesa Isabel.
- A alternativa D está incorreta, afinal o almirante Tamandaré era o Comandante em Chefe da Esquadra Imperial e de todo o efetivo naval das forças Aliadas.
- A alternativa E está incorreta. Solano López era o ditador combatido pelas forças aliadas (Brasil, Argentina e Uruguai) na Guerra do Paraguai.

Gabarito: A

12. (ESA)

Países integrantes com o Brasil da chamada "Tríplice Aliança", na guerra do Paraguai:



- a) Argentina e Chile
- b) Argentina e Uruguai
- c) Bolívia e Chile
- d) Bolívia e Uruguai

Comentários

- Em 1º de maio de 1865, Brasil Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, por meio do qual se comprometiam a retirar do poder o presidente do Paraguai, Solano López. Assim sendo, a alternativa B é a resposta.

- A Bolívia e o Chile não se envolveram na Guerra do Paraguai, o que torna incorretas as demais alternativas.

Gabarito: B

13. (ESA)

Entre as condições que favoreceram a incipiente atividade industrial no Segundo Reinado, pode ser citada:

- a) a retomada da tradição manufatureira portuguesa.
- b) a extinção da política de produção alfandegária.
- c) a disponibilidade de capitais decorrentes da extinção do tráfico negreiro.
- d) a concessão de incentivos diretos à exportação de produtos industrializados.
- e) a exploração da siderurgia e das fontes de energia hidrelétrica.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o processo de modernização econômica foi acompanhado da entrada de novidades tecnológicas. Com isso, surgiram no Brasil as ferrovias, as indústrias de fabricação de navios a vapor e as agências de telégrafos.

- A alternativa B está incorreta, afinal boa parte da arrecadação do Brasil era obtida por meio de tarifas alfandegárias nos portos.

- A alternativa C é a resposta. O investimento na modernização econômica do país pelos barões do café foi impulsionado pela aprovação da Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibindo o tráfico negreiro no país, acabou por disponibilizar a verba que até então era utilizada para a importação de escravizados vindos da África. Com isso, o país viveu um “surto industrial” no século XIX.

- A alternativa D está incorreta, afinal as autoridades políticas do Império não buscaram incentivar a modernização econômica do país, mas os barões do café. –

A alternativa E está incorreta, pois o “surto industrial” do período não está relacionado à existência de indústrias de base, mas sim à disponibilização de recursos após o fim do tráfico negreiro. Cabe destacar que a Tarifa Alves Branco também influenciou indiretamente este



processo, na medida em que encareceu os produtos importados no Brasil, especialmente aqueles que dispunham de similares fabricados em solo pátrio.

Gabarito: C

14. (ESA)

Durante o Segundo Reinado, o Brasil teve alguns conflitos com a Inglaterra, que não queria reconhecer nossos direitos como nação soberana e independente. Esses conflitos consistiram na chamada:

- a) Questão Christie
- b) Questão Inglesa
- c) Questão Religiosa
- d) Questão de Gales
- e) Questão Militar

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Entre 1860 e 1862, o embaixador inglês instalado no Brasil, William Dougal Christie, foi o responsável por uma sequência de equívocos diplomáticos que ficaram conhecidos como Questão Christie, tais como sua tentativa de abafar o assassinato de um agente da alfândega por marinheiros britânicos e sua represália à prisão de marinheiros britânicos por embriaguez.

- As alternativas B e D estão incorretas, pois oferecem denominações que não correspondem a nenhuma querela do Brasil com a Inglaterra ao longo da História.

- A alternativa C e E estão incorretas, pois tratam-se de tensões que marcaram o declínio da monarquia nas últimas décadas do século XIX.

Gabarito: A

15. (ESA)

No início, todos os trabalhadores das fazendas de café eram escravos. Ao longo dos anos, passaram a ser substituídos por imigrantes, principalmente:

- a) portugueses e franceses
- b) portugueses e espanhóis
- c) alemães e italianos
- d) italianos e ingleses.

Comentários

O processo de unificação da Itália e Alemanha na segunda metade do século XIX foi acompanhado da expulsão de muitos camponeses de suas terras, o que fazia com que muitos fossem “fazer a América” em países como o Brasil, onde foram atraídos por meio de



sistemas de parceria (iniciativa privada) ou pela passagem subvencionada pelo Estado brasileiro. Dito isso, a alternativa C é a resposta.

Gabarito: C

16. (ESA)

A 1ª lei decretada no Brasil sobre a Questão Servil, em consequência do bloqueio ao tráfico negreiro imposto pela Inglaterra, foi a:

- a) do Ventre Livre
- b) Áurea
- c) Saraiva Cotegipe
- d) dos Sexagenários
- e) Eusébio de Queirós

Comentários

Para responder à pergunta, convém lembrarmos dos impactos de todas as leis mencionadas:

- Lei Eusébio de Queirós (1850) → extinguiu o tráfico negreiro no Brasil.
- Lei do Ventre Livre (1871) → Também conhecida como Lei Rio Branco, estabeleceu que todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres, devendo o proprietário entregá-lo para a tutela do Estado em troca de uma indenização ou fazê-lo trabalhar até completar 21 anos.
- Lei dos Sexagenários (1885) → Também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, concedeu a liberdade para todos os escravizados com 60 anos ou mais.
- Lei Áurea (1888) → Extinguiu a escravidão no Brasil. Dito isso, a alternativa E é a resposta.

Gabarito: E

17. (ESA – Adaptada)

Destaca-se como consequência institucional da Guerra do Paraguai:

- a) o desenvolvimento da indústria têxtil.
- b) A formação do Partido Restaurador.
- c) A evolução do ideal republicano.
- d) O fortalecimento do Exército Brasileiro.
- e) A ampliação do Poder Judiciário.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal as transformações nas manufaturas brasileiras antecedem o fim da Guerra do Paraguai.



- A alternativa B está incorreta, pois os restauradores são partidários que desejavam o retorno de D. Pedro I para o Brasil durante o período regencial.
- A alternativa C está incorreta. Embora muitos militares tenham aderido ao republicanismo, trata-se de um projeto que já existia antes da Guerra do Paraguai, estando presente no discurso e ação de diversos movimentos nos períodos colonial e imperial.
- A alternativa D é a resposta, afinal o Exército se tornou uma instituição de destaque com o fim da Guerra do Paraguai, o que estimulou alguns de seus oficiais a intervirem na esfera pública em busca de melhorias na condição de carreira, ou para opinar sobre questões nacionais, tais como a abolição.
- A alternativa E está incorreta, pois não se verificam reformas na Justiça no período.

Gabarito: D

18. (ESA)

Logo após o Golpe da Maioridade, D. Pedro II teve de enfrentar a Revolta Liberal de 1842. Este movimento originou-se:

- a) do separatismo paulista.
- b) Na instituição da Presidência do Conselho de Ministros, considerada pelos liberais como contrária à Constituição.
- c) Na agitação feita por elementos republicanos estimulados pelo exemplo dos países platinos.
- d) Na oposição dos liberais ao movimento maiorista que se efetivou, ferindo a Constituição.
- e) Na dissolução da recém eleita Câmara dos Deputados, sob a alegação de fraude e violência nas eleições.

Comentários

Após convocar as eleições para setembro de 1840, as primeiras do Segundo Reinado, o governo maiorista, composto por liberais que haviam apoiado a antecipação da maioridade de D. Pedro II, consegue maioria na Assembleia. Contudo, o imperador recebe inúmeras denúncias de fraudes nas urnas e uso de violência alcançam o Rio de Janeiro, o que torna o pleito conhecido como “eleições do cacete”. Pressionado pelos conservadores, o jovem imperador substituiu o Gabinete da Maioridade pelo Gabinete Palaciano em 23 de março de 1841, além de dissolver a legislatura eleita em 1º de maio de 1842 – antes mesmo de tomarem posse. O afastamento do poder frustrou os liberais, que pegaram em armas para se levantar contra a centralização política reiniciada pelos conservadores. Dito isso, a alternativa E é a resposta.

Gabarito: E

19. (ESA)

Apesar da preponderância inglesa no século XIX, por dois anos o Brasil manteve cortadas as relações diplomáticas com o governo de Londres. Este rompimento foi em decorrência:



- (A) da aprovação da Lei Eusébio de Queirós.
- (B) da oposição do Brasil à renovação dos tratados de 1810.
- (C) da Questão Christie.
- (D) da intervenção inglesa na Cisplatina.
- (E) da oposição da Inglaterra à renovação dos tratados de 1810.

Comentários

Entre 1860 e 1862, o embaixador inglês instalado no Brasil, William Dougal Christie, foi o responsável por uma sequência de equívocos diplomáticos que ficaram conhecidos como Questão Christie, tais como sua tentativa de abafar o assassinato de um agente da alfândega por marinheiros britânicos e sua represália à prisão de marinheiros britânicos por embriaguez. Ao julgar insuficientes as explicações dadas para as atrapalhadas ações do embaixador, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra. A alternativa C, portanto, é a resposta.

- A alternativa A está incorreta, afinal a aprovação da lei ia ao encontro das pressões feitas pela Inglaterra para a abolição do tráfico negreiro.

- As alternativas B e E tratam de questões que são anteriores ao período abordado pelo enunciado, estando, portanto, incorretas.

- A alternativa D está incorreta, pois a Inglaterra não promoveu nenhuma invasão na região da Cisplatina.

Gabarito: C

20. (ESA)

Foi fator determinante da Proclamação da República brasileira:

- (A) a Questão operária.
- (B) a repressão à Confederação do Equador.
- (C) a Questão Servil, que culminou com a Abolição da Escravatura.
- (D) o movimento conhecido como Revolta da Chibata.
- (E) a propagação das ideias levantadas pelos conjurados mineiros por ocasião da derrama.

Comentários

Conforme vimos, em nossa aula, três grandes questões contribuíram para o agravamento da crise da monarquia e para o desgaste da imagem do imperador:

- a Questão Servil, que promoveu a perda de apoio dos cafeicultores escravistas;
- a Questão Religiosa, que promoveu rugas com a Igreja;
- a Questão Militar, que desgastou o Exército com as elites civis.

Dito isso, a alternativa C é a resposta.



- As alternativas A e D estão incorretas, pois tratam de elementos da República Velha.
- A alternativa B está incorreta, afinal a Confederação do Equador contribuiu para o desgaste da imagem de D. Pedro I.
- A alternativa E está incorreta, afinal a Conjuração Mineira ocorreu em 1789, durante o reinado de D. Maria I de Portugal.

Gabarito: C

21. (ESA)

A lei inglesa do Bill Aberdeen de 1845 determinava:

- (A) permissão à esquadra inglesa para aprisionar navios negreiros.
- (B) abolição do tráfico negreiro para a Inglaterra.
- (C) abolição completa da escravidão no Brasil.
- (D) abolição do tráfico negreiro no Brasil.
- (E) uma situação privilegiada para o comércio do Brasil com o mundo.

Comentários

O Bill Aberdeen foi uma lei inglesa que garantia à Marinha britânica a prerrogativa de capturar navios negreiros no Atlântico e julgar seus comandantes, o que torna correta a alternativa A.

- A alternativa B está incorreta, pois a escravidão já estava proibida na Inglaterra no momento de aprovação do Bill Aberdeen.
- A alternativa C está incorreta, pois o fim da escravidão no Brasil se deu por meio da Lei Áurea, sancionada pela princesa Isabel em maio de 1888.
- A alternativa D está incorreta, afinal tráfico negreiro se encerrou no Brasil por meio da Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 1850.
- A alternativa E está incorreta, pois o Brasil sofria grande pressão internacional para abolir a escravidão no período, especialmente da Inglaterra.

Gabarito: A

22. (ESA)

Pelo Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1º de maio de 1865, comprometiam-se a lutar contra o governo paraguaio os seguintes países:

- (A) Argentina, Uruguai e Chile.
- (B) Brasil, Argentina e Uruguai.
- (C) Brasil, Argentina e Chile.
- (D) Brasil, Bolívia e Chile.
- (E) Chile, Peru e Argentina.



Comentários

Em 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, por meio do qual se comprometiam a retirar do poder o presidente do Paraguai, Solano López. Assim sendo, a alternativa B é a resposta.

- A Bolívia e o Chile não se envolveram na Guerra do Paraguai, o que torna incorretas as demais alternativas.

Gabarito: B

23. (ESA)

Uma das seguintes leis não está ligada à abolição da escravatura:

- (A) Lei Eusébio de Queirós.
- (B) Lei Visconde de Rio Branco.
- (C) Ato Adicional de 1834.
- (D) Lei Saraiva-Cotegipe.
- (E) Bill Aberdeen.

Comentários

Para responder à pergunta, convém relembrarmos dos impactos de todas as leis mencionadas:

- Ato Adicional de 1834 → Permitiu a criação de Assembleias Provinciais, estabeleceu a extinção do Conselho de Estado, adotou o modelo uno de regência e tornou o Rio de Janeiro um município neutro.
- Bill Aberdeen (1845) → Lei inglesa que garantiu à Marinha britânica a prerrogativa de capturar navios negreiros no Atlântico e julgar seus comandantes, o que torna correta a alternativa A.
- Lei Eusébio de Queirós (1850) → extinguiu o tráfico negreiro no Brasil.
- Lei do Ventre Livre (1871) → Também conhecida como Lei Rio Branco, estabeleceu que todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres, devendo o proprietário entregá-lo para a tutela do Estado em troca de uma indenização ou fazê-lo trabalhar até completar 21 anos.
- Lei Saraiva-Cotegipe (1885) → Também conhecida como Lei dos Sexagenários, concedeu a liberdade para todos os escravizados com 60 anos ou mais.
- Lei Áurea (1888) → Extinguiu a escravidão no Brasil.

Feitas essas considerações, a alternativa C é a resposta.

Gabarito: C

24. (ESA)

A "Tarifa Alves Branco", decretada em 1844, colaborou para:



- (A) interromper o crescimento da indústria nacional.
- (B) facilitar a entrada de produtos industrializados no País.
- (C) impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional.
- (D) favorecer os privilégios alfandegários ingleses.
- (E) reafirmar o controle norte-americano sobre nossa economia.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a Tarifa contribuiu para o crescimento da procura por produtos nacionais ao sobretaxar os importados.
- A alternativa B está incorreta, uma vez que a Tarifa aumentou os impostos cobrados sobre importados, incluindo industrializados.
- A alternativa C é a resposta. Até 1844, o imposto alfandegário cobrado sobre os importados era de 15%. Contudo, com a aprovação da Tarifa Alves Branco, esta porcentagem subia para 30%, ou 60% nos casos em que o produto fosse semelhante a outros produzidos no Brasil. A diferença no valor final fez com que o consumidor optasse pelos produtos nacionais, o que estimulou a indústria do país.
- A alternativa D está incorreta, afinal os ingleses foram prejudicados com os reajustes promovidos em 1844.
- A alternativa E está incorreta, pois os norte-americanos não exerciam grande influência na economia brasileira no período, mas sim a partir da chamada República Velha.

Gabarito: C

25. (ESA)

Questão Religiosa, de 1872, acabou afastando a Igreja do Império, ocasionando:

- (A) o afastamento do alto clero das questões políticas.
- (B) a participação do clero na "Questão Militar"
- (C) o seu abandono pela causa da abolição da escravatura.
- (D) a expulsão dos jesuítas.
- (E) a condenação dos bispos, em face dos atritos destes religiosos com a maçonaria.

Comentários

A Questão Religiosa se deu em 1872, quando bispos de Olinda e Recife se dispuseram a aplicar a bula papal que previa a excomunhão de maçons, ainda que o poder moderador tenha optado por não acatá-la. Diante disso, os clérigos foram julgados e condenados por ordem do imperador. Embora sua pena tenha sido comutada em 1875, a repercussão da prisão dos bispos feriu a religiosidade popular e afrontou a Igreja. Conseqüentemente, a instituição se afastou do poder imperial, e ainda que não tenha se envolvido na causa republicana, tampouco agiu em favor da monarquia. A alternativa E, portanto, é a correta.



- A alternativa A está incorreta, pois a questão religiosa não foi motivada por questões políticas, mas dogmáticas.
- A alternativa B está incorreta, afinal os clérigos não se envolveram nas questões pontuadas pelo Exército brasileiro no período.
- A alternativa C está incorreta, pois a Igreja não se posicionou favorável à abolição.
- A alternativa D está incorreta, uma vez que a expulsão dos jesuítas do Brasil se deu durante a Era Pombalina, no século XVIII.

Gabarito: E

26. (ESA)

Temeroso da devolução do poder aos "liberais", os "conservadores" promoveram em 1850, a aprovação da lei que extinguiu o tráfico de escravo africanos, denominada:

- (A) Lei Eusébio de Queirós
- (B) Lei Nabuco de Araújo
- (C) Lei dos Sexagenários
- (D) Lei Rui Barbosa
- (E) Lei Áurea

Comentários

Para responder à pergunta, retomemos as leis mencionadas pelas alternativas:

- Lei Eusébio de Queirós (1850) → extinguiu o tráfico negreiro no Brasil.
- Lei Nabuco de Araújo (1854) → Estabeleceu sanções para autoridades que tentassem escamotear a entrada de escravizados ilegalmente no país.
- Lei dos Sexagenários (1885) → Também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, concedeu a liberdade para todos os escravizados com 60 anos ou mais.
- Lei Áurea (1888) → Extinguiu a escravidão no Brasil. A alternativa A, portanto, é a resposta. Vale ressaltar que não há no Império lei conhecida como "Rui Barbosa".

Gabarito: A

27. (ESA)

O Manifesto Republicano de 1870 defendeu fundamentalmente:

- (A) a manutenção da Constituição de 1824.
- (B) o unitarismo contra a burocracia federalista do Império.
- (C) a união Igreja-Estado e a extinção da vitaliciedade do Senado.
- (D) a criação de um único partido político, em cada província.
- (E) o federalismo em oposição ao unitarismo que caracterizava o Império.



Comentários

Defensores da modernização do país, os republicanos que assinaram o Manifesto de 1870 mostravam-se mais federalistas do que republicanistas de fato, já que a hegemonia política desfrutada pelos cafeicultores do Vale do Paraíba junto aos senhores do açúcar no Nordeste impedia-os de promover as reformas que julgavam necessárias. Assim sendo, a alternativa E é a resposta.

- A alternativa A está incorreta, afinal a Constituição sustentava a existência do poder moderador, incompatível com o regime republicano.
- A alternativa B está incorreta, uma vez que os republicanos buscavam autonomia para as províncias.
- A alternativa C está incorreta, afinal os republicanos defendiam a laicidade do Estado, ou seja, a separação entre Igreja e Estado.
- A alternativa D está incorreta. Embora tenham surgido partidos republicanos únicos em estados no Brasil, este processo ocorreu na República Velha.

Gabarito: E

28. (ESA)

Caxias, além de herói de conflitos externos durante o 2º Reinado, recebeu também o título de "Pacificador", por ter abafado as seguintes rebeliões internas:

- (A) Farrapos, Praieira e Balaiada
- (B) Balaiada, Liberal de Minas e São Paulo e Farrapos.
- (C) Cabanada, Praieira e Sabinada.
- (D) Cabanada, Sabinada e Liberal de Minas Gerais e São Paulo

Comentários

Perceba que Luís Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, foi uma figura fundamental na desarticulação de diversas insurreições em um curto espaço de tempo: a Balaiada, no Maranhão, a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e as Revoltas Liberais de 1842, ocorridas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Dito isso, a alternativa B é a resposta.

Gabarito: B

29. (ESA)

No período imperial de D. Pedro II, o produto econômico que mais se destacou e que ainda é uma importante fonte de divisas para o Brasil, foi o:

- (A) algodão
- (B) café
- (C) cacau



(D) milho

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o algodão era um produto cultivado principalmente na província do Maranhão no período, não se destacando na região Sudeste.
- A alternativa B é a resposta, afinal o café cultivado no Sudeste respondia por boa parte das exportações brasileiras durante o Segundo Reinado, quando o país se tornou o maior produtor mundial do grão.
- A alternativa C está incorreta. O cacau era uma das “drogas do sertão” exploradas na região amazônica durante o período colonial.
- A alternativa D está incorreta, afinal a produção nacional de milho no século XIX não era voltara para o mercado externo.

Gabarito: B

30. (ESA)

O surgimento de 62 empresas industriais, 14 bancos, 20 companhias de navegação, 23 de seguros, 8 ferrovias e outros empreendimentos do decênio posterior a 1850, no Brasil, relaciona-se com:

- a) disponibilidade de capitais resultantes da extinção do tráfico negreiro intercontinental.
- b) A política de livre-cambismo do Império.
- c) A ampliação do mercado interno como decorrência da abolição da escravatura naquela década.
- d) Aos crescentes investimentos estrangeiros interessados na industrialização do Brasil

Comentários

O investimento na modernização econômica do país pelos barões do café foi impulsionado pela aprovação da Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibindo o tráfico negreiro no país, acabou por disponibilizar recursos que até então eram utilizados para a importação de escravizados vindos da África. Dito isso, a alternativa A é a resposta.

- A alternativa B está incorreta, pois o Estado brasileiro adotou medidas protecionistas, tais como a Tarifa Alves Branco.
- A alternativa C está incorreta, afinal a abolição foi posterior ao início do surto industrial verificado no Brasil no século XIX.
- A alternativa D está incorreta, afinal a modernização econômica do país se fez principalmente com recursos dos cafeicultores.

Gabarito: A

31. (ESA)

O Brasil sofreu uma intensa imigração na segunda metade do século XIX, causada essencialmente pela:



- (A) decadência da agricultura
- (B) liberação do tráfico escravo
- (C) necessidade de crédito
- (D) expansão da lavoura cafeeira

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o modelo agroexportador foi o sustentáculo da economia brasileira durante o século XIX.
- A alternativa B está incorreta, afinal a restrição do tráfico negreiro no Atlântico, a partir do Bill Aberdeen e da aprovação da Lei Eusébio de Queirós, dificultou o acesso de cativos no país. Devido a isso, muitos cafeicultores passaram a estimular a vinda de imigrantes para o Brasil.
- A alternativa C está incorreta, afinal foi justamente o lucro do café que possibilitou aos fazendeiros investir na vinda das primeiras famílias de imigrantes, por meio dos contratos de parceria.
- A alternativa D é a resposta. A expansão da lavoura cafeeira para o Oeste Paulista demandou dos barões do café a expandir a mão de obra utilizada, e diante da proibição do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós (1850), passaram a estimular a migração de europeus para o Brasil, especialmente alemães e italianos.

Gabarito: D

32. (ESA)

Em 1844, o Império brasileiro adotou a política do protecionismo alfandegário, abandonando a política econômica do livre cambismo. Era a chamada Tarifa Alves Branco. A Tarifa Alves Branco proporcionou:

- (A) prejuízo às indústrias brasileiras.
- (B) Pagamento de menores tarifas, pelos produtos estrangeiros, na alfândega do Brasil.
- (C) Aumento nos preços dos produtos estrangeiros no Brasil.
- (D) Um grande benefício à Inglaterra, principal exportadora de manufaturados para o Brasil.

Comentários

Em 1844, a aprovação da Tarifa Alves Branco alterou as tarifas alfandegárias sobre produtos importados, com o intuito de aumentar a arrecadação do Estado. Até então, o imposto cobrado sobre os importados era de 15%. Com a nova política alfandegária, esta porcentagem subia para 30%, ou 60% nos casos em que o produto fosse semelhante a outros produzidos no Brasil. Dito isso, a alternativa C é a resposta.

- A alternativa A está incorreta, afinal as indústrias brasileiras foram beneficiadas pelo aumento de preços dos itens estrangeiros, que concorriam com seus produtos no mercado brasileiro.



- A alternativa B está incorreta, afinal a tarifa alterou a política alfandegária visando aumentar as taxas sobre produtos importados. A decisão também afetou itens ingleses, o que torna incorreta a alternativa D.

Gabarito: C

33. (ESA)

A política externa do 2º Reinado do Brasil foi marcada por um envolvimento em constantes lutas na Bacia do Prata, durante quase 20 anos.

Sobre estas lutas a assertiva correta é:

- (A) as nossas intervenções no Uruguai foram em favor do Partido Blanco e contra o Partido Colorado, rival tradicional da política brasileira na região.
- (B) O Presidente do Uruguai em 1864 era Atanásio Aguirre, deposto pelas forças brasileiras que colocaram à frente do governo uruguaio Venâncio Flores, favorável ao Brasil.
- (C) O desejo de Oribe, de formar o "Paraguai Maior", foi uma das causas da luta do Brasil contra este caudilho.
- (D) Uma das causas da Guerra do Paraguai foi o desejo de Solano Lopes de restabelecer o Vice-Reino do Prata.

Comentários

- A alternativa A está incorreta. Para justificá-la, recordemos da composição dos partidos no Uruguai:

PARTIDO	COMPOSIÇÃO	ALIANÇAS
Partido Blanco	Liderado por Manuel Oribe, representava os interesses dos criadores de gado.	Aliado do governo argentino
Partido Colorado	Liderado por Frutuoso Rivera, representa os interesses dos grandes comerciantes de Montevideú.	Aliado dos brasileiros

- A alternativa B está correta. Venâncio Flores, do partido colorado, derrubou do poder o blanco Anastácio Aguirre com o apoio de tropas brasileiras, em 1865.
- A alternativa C está incorreta, afinal a ideia de expandir as fronteiras do Paraguai eram de seu próprio presidente, Solano López.
- A alternativa D está incorreta, afinal o Vice-Reino do Prata era uma divisão administrativa da América Espanhola, durante o período colonial.

Gabarito: B

34. (ESA)

A política externa do 2º Reinado teve como característica principal:



- (A) a proclamação da República Juliana
- (B) as lutas contra os estados platinos
- (C) as questões de limites com a França
- d) a participação de Alexandre de Gusmão

Comentários

- A alternativa A está incorreta. A República Juliana foi implantada em Santa Catarina pelos adeptos da Revolução Farroupilha, em 24 de julho de 1839, durante o período Regencial.
- A alternativa B é a resposta. Durante o século XIX, o Brasil se envolveu em diversos conflitos com países da bacia do rio da Prata, tendo em vista a hegemonia da região. Foram eles: a intervenção contra Oribe e Rosas (1851-1852), a guerra contra Aguirre (1864-1870) e a Guerra do Paraguai (1864- 1870).
- A alternativa C está incorreta. As questões territoriais com a França se deram durante o período joanino, quando o príncipe-regente ordenou a invasão da Guiana Francesa (1809), em represália à entrada de tropas napoleônicas em Portugal. O território foi devolvido em 1815.
- A alternativa D está incorreta, afinal Alexandre de Gusmão foi um diplomata brasileiro que atuou nas negociações do Tratado de Madrid, assinado entre Portugal e Espanha em 1750.

Gabarito: B

35. (ESA)

No dia 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança para atuarem contra o Paraguai. Nessa oportunidade escolheram para exercer a função de Comandante-em-Chefe das forças aliadas para a invasão do Paraguai:

- a) Luís Alves de Lima e Silva
- b) Manuel Luís Osório
- c) Solano Lopez
- d) Venâncio Flores
- e) Bartolomeu Mitre

Comentários

- A alternativa A está incorreta. Embora Luís Alves de Lima e Silva, o marquês de Caxias, tenha se tornado comandante-em-chefe das forças aliadas nos anos finais do conflito, o posto foi inicialmente ocupado pelo presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre.
- A alternativa B está incorreta. O general Osório (marquês de Herval) foi um dos principais comandantes militares do Exército brasileiro, se destacando ao liderar a cavalaria na Batalha do Tuiuti. Contudo, não chegou a ocupar a posição de comandante-em-chefe das forças aliadas.



- A alternativa C está incorreta, afinal Solano López era o presidente do Paraguai e liderança combatida pelas forças aliadas na Guerra do Paraguai.
- A alternativa D está incorreta, uma vez que Venâncio Flores era o presidente do Uruguai e comandante das forças militares de seu país.
- A alternativa E é a resposta. O Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1º de maio de 1865, estabeleceu que o general Bartolomeu Mitre, seria o comandante-em-chefe das forças aliadas, mas caso o teatro de operações se desenrolasse em território brasileiro ou oriental, o comando brasileiro teria independência. Por fim, as forças navais dos Aliados seriam geridas pelo Comandante em Chefe da Esquadra Imperial.

Gabarito: E

9.2. EsPCEX

1. (EsPCEX/2020)

Em 1844, no Brasil, foi criada uma nova tarifa alfandegária sobre produtos importados, que, variando entre 30% e 60%, favoreceu a criação de indústrias, bancos, ferrovias, mineradoras etc. Ela ficou conhecida pelo nome de seu criador, que era, então, o Ministro da Fazenda:

- a) Rui Barbosa.
- b) Alves Branco.
- c) Barão de Mauá.
- d) Eusébio de Queirós.
- e) Barão de Tefé.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal Rui Barbosa foi ministro durante o governo Deodoro da Fonseca, sendo o responsável pela implantação da política do Encilhamento.
- A alternativa B é a resposta. Aprovada pelo Ministro da Fazenda Manuel Alves Branco, em 1844, sua tarifa buscou alterar os tributos que incidiam sobre os produtos importados para aumentar a arrecadação do Estado, mas acabou por apresentar um efeito protecionista, beneficiando a indústria nacional.
- A alternativa C está incorreta, afinal Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá, não foi ministro da Fazenda durante sua vida.
- A alternativa D está incorreta. Eusébio de Queirós foi ministro da Justiça do Gabinete Olinda e ministro do Supremo Tribunal de Justiça.
- A alternativa E está incorreta, afinal barão de Tefé foi um diplomata do Império.

Gabarito: B

2. (EsPCEX/2019)



Ideias republicanas estavam presentes entre os brasileiros há tempos. No século XVIII, inspiraram movimentos contra o domínio português. Em 1870, um grupo de políticos lançou, no Rio de Janeiro, o Manifesto Republicano. Os seguintes episódios, ocorridos na segunda metade do século XIX, abalaram o Império Brasileiro.

Considerando os seguintes fatos:

I – Questão Militar.

II – Questão de Fronteiras.

III – Questão Religiosa.

IV – Questão da Cisplatina.

V – Questão Abolicionista.

Assinale abaixo a alternativa em que todas as proposições estão corretas no que se refere às questões que contribuíram para o fim do período Imperial Brasileiro.

a) I e II.

b) I, II e III.

c) I, III e V.

d) III, IV e V.

e) IV e V.

Comentários

- A afirmativa I está correta. Os impasses entre nomes do alto oficialato do Exército e políticos civis na década de 1880 acabaram por contribuir para o desgaste do Império, afinal fez despertar em muitos dos primeiros a crença de que a monarquia e sua classe política não seriam capazes de promover as reformas que almejavam, mas somente a República. Assim sendo, muitos oficiais se envolveram na conspiração republicana que depôs D. Pedro II, em 1889.

- A afirmativa II está incorreta, afinal os impasses de fronteira vivenciados pelo Brasil no século XIX não comprometeram a imagem pública da monarquia ou do imperador. Ademais, os conflitos mais graves se deram durante o período colonial.

- A afirmativa III está correta. A prisão dos bispos de Olinda e Recife, em 1872, após descumprirem a orientação dada pelo imperador à bula papal elaborada por Pio IX, repercutiu negativamente para a monarquia, afinal afrontou a autoridade da Igreja. Conseqüentemente, a instituição se afastou do poder imperial, e ainda que não tenha se envolvido na causa republicana, tampouco agiu em favor da monarquia.

- A afirmativa IV está incorreta, afinal a Questão da Cisplatina contribuiu para a queda de D. Pedro I.

- A alternativa V está correta. Após a aprovação da Lei Áurea, a elite escravocrata, que até aquele momento mantinha-se fiel à monarquia com a condição de que fosse mantido o trabalho compulsório, deixa de apoiar a monarquia quando se vê sem indenização pela mão de obra perdida.



Gabarito: C

3. (EsPCEX/2012)

“Os interesses na região platina levaram o Brasil a participar de três guerras: contra Oribe e Rosas (presidentes do Uruguai e da Argentina, respectivamente), contra Aguirre (do Uruguai) e a Guerra do Paraguai.”

(COTRIM, 2009)

Sobre esse tema, leia as afirmações abaixo:

- I. Garantir o direito de navegação pelo rio da Prata, formado pela junção dos rios Paraná e Uruguai;
- II. Garantir a permanência de Solano Lopes na presidência do Paraguai;
- III. Manter o Uruguai como província;
- IV. Impedir que a Argentina anexasse o Uruguai;
- V. Conquistar uma saída para o Oceano Pacífico.

Assinale a única alternativa que apresenta todas as afirmações corretas sobre os objetivos brasileiros nesses conflitos:

- a) I e IV.
- b) II, III e V.
- c) II e III.
- d) I, IV e V.
- e) I e III.

Comentários

Durante o século XIX, eram interesses e preocupações do Brasil na região do Prata:

- **Garantir o direito de navegação do rio da Prata;**
- Era uma região de **conflitos entre vaqueiros uruguaios e fazendeiros gaúchos**, que acusavam os primeiros de invadir a fronteira do Rio Grande do Sul para roubar cabeças de gado. Dessa maneira, uma situação como essa poderia realimentar anseios separatistas caso o governo central não intervisse na questão.
- Por fim, desejava **evitar que a Argentina anexasse o Uruguai.**

Feitas essas considerações, vejamos as afirmativas a seguir:

- A afirmativa I está correta. Com o intuito de garantir a comunicação fluvial com a província do Mato Grosso, o Brasil desejava a manutenção da livre-navegação na região do Prata.

-A afirmativa II está incorreta, afinal o acordo da Tríplice Aliança tomou como necessária a deposição de López para o fim da Guerra do Paraguai.



- A afirmativa III está incorreta, uma vez que o Uruguai não mais era província do Brasil. Contudo, era preocupação do país mantê-lo autônomo da Argentina, pois temia-se que esta pudesse tomar o controle sobre as duas margens da região do Prata e dificultar a passagem de embarcações brasileiras. Dito isso, a afirmativa IV está correta.

- A Afirmativa V está incorreta, afinal a Guerra do Paraguai envolveu a disputa geopolítica pela região do Prata, que possui seu estuário no Atlântico.

Gabarito: A

4. (EsPCEX/2011)

Sobre a Proclamação da República, a tradição historiográfica relaciona três questões responsáveis pela queda da monarquia: a questão servil (escravidão), a religiosa e a militar.

Leia atentamente os itens abaixo.

I. Segundo o regime de padroado, cabia ao imperador a escolha dos clérigos para os cargos importantes da Igreja.

II. A Igreja afastou-se do governo imperial, após D. Pedro II ter ordenado aos padres afastarem-se da maçonaria.

III. A Lei Saraiva-Cotegipe estabelecia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade, tendo um alcance extremamente positivo na luta contra a escravidão no Brasil, pois na prática colocava em liberdade imediata um grande contingente de escravos que já tinham atingido a idade.

IV. Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel promulgou a Lei do Ventre Livre, declarando extinta a escravidão no Brasil.

V. O Exército Brasileiro tomou consciência de sua importância após a guerra do Paraguai.

Assinale a única alternativa em que todos os itens listam características corretas.

- a) I, II e V.
- b) II e IV.
- c) III, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) I e V.

Comentários

- A afirmativa I está correta. A Constituição de 1824 legitimou o padroado, regime que conferia ao Estado a possibilidade de nomear clérigos para cargos estratégicos da Igreja e aplicar ou não decretos papais. Em troca, caberia à monarquia manter a estrutura eclesiástica no país.

- A afirmativa II está incorreta, afinal a Igreja afasta-se da monarquia após D. Pedro II ordenar a prisão dos bispos que excomungaram maçons, desacatando suas ordens de não cumprimento da bula papal aprovada pelo papa Pio IX.



- A afirmativa III está incorreta, afinal a maioria dos escravizados sequer alcançava a idade contemplada pela Lei dos Sexagenários.
- A afirmativa IV está incorreta, afinal a princesa Isabel chancelou a Lei Áurea em 1888. A Lei do Ventre Livre foi aprovada anos antes, em 1871.
- A afirmativa V está correta. O Exército foi uma instituição que saiu bastante fortalecida da Guerra do Paraguai, mas não encontrou nas elites civis a valorização que esperava nos anos consecutivos. Diante disso, oficiais passaram a fazer uso da esfera pública para reivindicar melhores condições de soldo e de carreira, afrontando a proibição imposta aos militares de não realizarem pronunciamentos na imprensa.

Gabarito: E

5. (EsPCEx/2010)

“A Tarifa Alves Branco (decreto de 12 de Agosto de 1844), criada por Manuel Alves Branco (2º Visconde de Caravelas), Ministro da Fazenda do gabinete liberal que assumiu em 2 de fevereiro de 1844”.

(KOSHIBA; PEREIRA, 2003)

Este decreto

- reduzia os direitos alfandegários das mercadorias inglesas para 15% ad valorem.
- barateava os custos para a importação de mercadorias estrangeiras.
- extinguiu as tarifas que favoreciam a Inglaterra e que prejudicavam o crescimento do setor industrial brasileiro.
- facilitava a exportação dos derivados da cana-de-açúcar, por deixá-los mais baratos no mercado internacional.
- pouco afetava a arrecadação do País, tendo em vista a pequena participação das tarifas alfandegárias na composição da receita governamental.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o imposto pago pelas mercadorias inglesas era de 15% sobre seu valor antes da aprovação da Tarifa Alves Branco.
- A alternativa B está incorreta, afinal a Tarifa Alves Branco subiu os impostos para 30% ou 60% ad valorem, desfavorecendo os interesses britânicos.
- A alternativa C é a resposta. Com a nova política alfandegária instituída pelo ministro Manuel Alves Branco, o imposto cobrado sobre importados subiu para 30%, ou 60% nos casos em que o produto fosse semelhante a outros produzidos no Brasil. A diferença no valor final fez com que o consumidor optasse pelos produtos nacionais, enquanto investidores viram vantagens na criação de manufaturas. Ao final dos anos 1880, o país contava com 600 indústrias.
- A alternativa D está incorreta, afinal a Tarifa Alves Branco incidiu sobre as importações do Brasil, e não as exportações.



- A alternativa E está incorreta, afinal era da alfândega de onde o país retirava boa parte de suas receitas.

Gabarito: C

6. (EsPCEx/2010)

“O exemplo [...] britânico e o desejo de preservar politicamente o monarca levaram à criação, em 1847, do cargo do Conselho de Ministros, escolhido pelo Imperador. Se o ministério (ou Conselho de Ministros) não possuísse maioria [...], a Câmara seria dissolvida, convocando-se novas eleições”

(BARBEIRO; CANTELE; SCHNEEBERGER, 2007)

Esse sistema utilizado no Brasil, em parte do 2º Reinado, ficou conhecido como

- a) Presidencialismo Monárquico.
- b) Ditadura Monárquica.
- c) Parlamentarismo Tradicional.
- d) Parlamentarismo às avessas.
- e) Autoritarismo Monárquico.

Comentários

Em 1847, o parlamentarismo foi instaurado no Brasil por meio da criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, que tinha a função de organizar e dirigir o gabinete de governo. Embora inspirado no modelo inglês, no qual o chefe de governo era escolhido pelo Parlamento somente após este ser organizado por eleições, o parlamentarismo brasileiro alterava esta lógica: primeiramente era escolhido o presidente do Conselho de Ministros pelo Imperador, que também poderia dissolver a Câmara e convocar novas eleições caso esta não se alinhasse ao nome eleito para o governo. Com isso, ele ficou conhecido como “parlamentarismo às avessas”, o que torna a alternativa D a resposta.

- A afirmativa I está incorreta, afinal o presidencialismo foi implementado no Brasil somente em 1889.
- A afirmativa B está incorreta, afinal o Brasil só vivenciou experiências ditatoriais durante a República.
- A afirmativa C está incorreta, uma vez que o parlamentarismo tradicional foi alterado pelos interesses do poder moderador.
- A afirmativa E está incorreta, afinal o Segundo Reinado não se trata de um período autoritário, sendo o imperador um fiel cumpridor da Constituição de 1824.

Gabarito: D

9.3. Inéditas

1. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Durante a Guerra do Paraguai, a queda da fortaleza de Humaitá, em 1868, foi seguida por uma campanha na qual os aliados bateram os paraguaios em Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, conhecida como

- a) Abrilada



- b) Rusgas
- c) Setembrada
- d) Novembrada
- e) Dezembrada

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a Abrilada foi uma revolta ocorrida em Pernambuco em 1832, durante o período regencial.
- A alternativa B está incorreta, pois Rusgas foi uma revolta regencial ocorrida na província de Mato Grosso, em 1834.
- A alternativa C está incorreta, pois Setembrada foi a forma como se denominou duas revoltas ocorridas no ano de 1831; uma no Maranhão, outra em Pernambuco.
- A alternativa D está incorreta, pois a Novembrada foi uma revolta regencial ocorrida em Pernambuco, em 1831. O termo também foi utilizado para denominar o contragolpe desferido pelo Marechal Lott em 1955, que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart no ano seguinte.
- A alternativa E é a resposta. A “Dezembrada” foi o nome dado às sucessivas vitórias obtidas pelas forças aliadas durante o mês de dezembro de 1868. Os paraguaios foram derrotados em Itororó no dia 06, no Avaí no dia 11 e em Lomas Valentinas entre os dias 21 e 27.

Gabarito: E

2. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Guerra do Paraguai, o mais sangrento conflito da América do Sul, começou com:

- A) o fechamento do comércio fluvial na bacia do Prata.
- B) a ofensiva de Solano López contra Brasil e Argentina.
- C) o ataque a navios mercantes argentinos no Rio da Prata.
- D) o rompimento dos acordos firmados pela Tríplice Aliança.
- E) a influência dos ingleses na economia da região do Prata.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o comércio fluvial não chegou a ser fechado por nenhum país durante o século XIX.
- A alternativa B é a resposta. O apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda pelo Paraguai, bem como o atravessamento das forças paraguaias no território argentino, desautorizado pelo governo local, foram fatores que estimularam declarações de guerra do Brasil e Argentina contra o governo de Solano López.
- A alternativa C está incorreta, afinal o Paraguai atacou o vapor brasileiro Marquês de Olinda, enquanto este transportava o presidente da província do Mato Grosso.
- A alternativa D está incorreta, afinal os acordos da Tríplice Aliança foram firmados por Brasil, Argentina e Uruguai para combater as forças paraguaias.
- A alternativa E está incorreta, afinal os ingleses não tiveram envolvimento decisivo na chamada Guerra do Paraguai.

Gabarito: B

3. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)



Durante o Segundo Reinado, a principal liderança intelectual do Exército a defender a implantação de uma República positivista foi

- a) Benjamin Constant
- b) Deodoro da Fonseca
- c) Floriano Peixoto
- d) Sena Madureira
- e) Visconde de Pelotas

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Principal disseminador da ideia positivista de República entre os militares, Benjamin Constant era um dos grandes nomes intelectuais entre a mocidade militar da Escola Militar da Praia Vermelha.

- A questão B está incorreta, afinal Deodoro da Fonseca não era republicano durante o Segundo Reinado, sendo convencido à protagonizar o golpe a partir de um boato.

- A alternativa C está incorreta. Embora tenha sido um republicano nos anos finais do Segundo Reinado, Floriano Peixoto não ocupou o posto de intelectual do movimento.

- As alternativas D e E estão incorretas, pois Sena Madureira e Visconde de Pelotas foram figuras que protagonizaram a chamada Questão Militar.

Gabarito: A

4. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em 1844, o ministro da Fazenda Manuel Alves Branco alterou a política alfandegária do governo, o que estimulou

- A) o desenvolvimento da indústria nacional
- B) o crescimento do tráfico negreiro interno
- C) a restrição à entrada de imigrantes europeus
- D) trocas econômicas com os países platinos
- E) o rompimento de relações diplomáticas com Inglaterra

Comentários

- A alternativa A é a resposta. A tarifa Alves Branco elevou para 30% as taxas sobre produtos importados, podendo chegar a 60% nos casos de produtos que possuíssem similares fabricados no Brasil. A alteração da política alfandegária estimulou o desenvolvimento de indústrias, bancos, empresas de navegação, ferrovias e outros setores no Brasil.

- A alternativa B está incorreta, afinal trata-se de uma consequência da Lei Eusébio de Queirós (1850).

- A alternativa C está incorreta, afinal a Tarifa Alves Branco não tem relações com a política imigratória do Brasil.

- A alternativa D está incorreta, uma vez que no período o Brasil continuou a dispor de poucas relações comerciais com os vizinhos platinos (Argentina, Uruguai e Paraguai).



- A alternativa E está incorreta, pois o rompimento de relações diplomáticas com a Inglaterra foi consequência da Questão Christie, conjunto de equívocos diplomáticos do embaixador britânico William Christie no Brasil que contribuiu para o surgimento de tensões entre os dois países.

Gabarito: A

5. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

O Partido Republicano Paulista (PRP), a mais exitosa de todas as organizações republicanas do Segundo Reinado, foi fundado em 18 de abril de 1873, por uma convenção realizada em

- A) São Paulo
- B) Itu
- C) Campinas
- D) Sorocaba
- E) Bauru

Comentários

Essa era uma questão decoreba. O PRP foi fundado na cidade de Itu, região cafeeira da província de São Paulo. De suas fileiras saíram os três primeiros presidentes das República: Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves.

Gabarito: B

6. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as rebeliões listadas abaixo, ocorridas durante o período imperial, as que tiveram a participação de Caxias como figura pacificadora foram

- A) a Revolta do Malês e a Cabanagem
- B) a Sabinada e a Guerra dos Farrapos
- C) a Balaiada e a Revolta Liberal de 1842
- D) a Farroupilha e a Cabanada
- E) a Balaiada e a Revolta da Praieira

Comentários

O barão de Caxias foi uma figura chave na pacificação de três conflitos internos durante os períodos regencial e o Segundo Reinado: a Balaiada, conflito ocorrido no Maranhão, entre 1838 e 1841; a Farroupilha, levante iniciado na província do Rio Grande do Sul e que se estendeu entre os anos de 1835 e 1845; e a Revolta Liberal de 1842, fomentada pela marginalização do Partido Liberal do poder político, durante o Segundo Reinado.

Gabarito: C

7. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as consequências da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), pode-se destacar

- A) o fortalecimento do Exército como instituição
- B) crescimento vertiginoso do partido republicano no Brasil



- C) desentendimentos entre o clero e a monarquia
- D) intensificação das relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai
- E) diminuição da dívida externa brasileira

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Após a Guerra do Paraguai, o Exército passou a desempenhar um papel político, demonstrando simpatia pela causa republicana e pela campanha abolicionista.
- A alternativa B está incorreta. Criado na década de 1870, o Partido Republicano não apresentou grande adesão do eleitorado brasileiro nos anos finais do Império.
- A alternativa C está incorreta. A Questão Religiosa, nome dado aos desentendimentos entre a monarquia e clérigos de Olinda e Recife, nada tem a ver com a Guerra do Paraguai.
- A alternativa D está incorreta. Brasil e Paraguai mantiveram-se afastados após a Guerra do Paraguai. Pode-se destacar como momento de aproximação entre os dois países o contexto do regime militar, quando foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu.
- A alternativa E está incorreta. Os gastos do Brasil com a Guerra da Tríplice Aliança provocaram o aumento das dívidas externas após inúmeros empréstimos contraídos com banqueiros ingleses.

Gabarito: A

8. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A respeito da abolição da escravidão no Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) foi um processo ocorrido de maneira gradual, sendo o Brasil um dos primeiros países da América Latina a encerrá-lo.
- B) A Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil, foi considerada polêmica por conferir indenizações aos proprietários de cativos.
- C) A Lei Saraiva-Cotegipe, também conhecida como Lei dos Sexagenários, foi a responsável pela libertação do maior contingente de escravizados.
- D) A Lei do Ventre Livre, ou Lei do Rio Branco, determinou que os filhos de escravizadas nascidos a partir daquela data seriam livres, mas estabeleceu condições para a alforria.
- E) A Lei Eusébio de Queirós, em 1850, pode ser entendida como o primeiro passo rumo à abolição, sendo responsável pelo fim dos tráficos interno e externo de cativos.

Comentários

Que tal uma revisão sobre as principais leis abolicionistas?

- **Lei Eusébio de Queirós (1850)** → Estabeleceu a proibição do tráfico de escravizados africanos para o Brasil. Isso estimulou o aumento do tráfico interno para as áreas mais ricas do país e o encarecimento dos cativos.
- **Lei do Ventre Livre (1871)** → Declarou livres os filhos de escravizadas nascidos a partir daquela data. Para tanto, caberia ao senhor de escravos entregar as crianças ao Estado e ser indenizado, ou se utilizar de seus serviços até os 21 anos.
- **Lei dos Sexagenários (1885)** → Também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, estabeleceu a liberdade para cativos maiores de 60 anos. Foi considerada uma lei ineficaz, já que a maioria dos escravizados não atingia essa idade.



- **Lei Áurea (1888)** → Declarou extinta a escravidão no Brasil, sem conceder indenização aos senhores de cativos ou concessões aos libertos.

Feitas essas considerações, a alternativa D é a resposta.

Gabarito D

9. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Na década de 1880, a região de São Paulo foi marcada pela intensificação das fugas de escravizados, que muitas vezes contavam com o apoio de um movimento liderado pelo juiz Antônio Bento e intitulado

- A) Sociedade Brasileira Contra a Escravidão
- B) Caifazes
- C) Associação Central Emancipacionista
- D) Confederação Abolicionista
- E) Sociedade Manumissora

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão foi uma instituição abolicionista fundada por Joaquim Nabuco e José do Patrocínio no Rio de Janeiro.
- A alternativa B é a resposta. Os Caifazes eram abolicionistas de elite que organizavam fugas de escravizados das fazendas cafeeiras. O nome é decorrente de Caifá, personagem bíblico que convenceu Judas a trair Jesus, afinal o grupo buscava promover uma traição à escravidão.
- A alternativa C está incorreta, pois foi uma agremiação formada no Rio de Janeiro por José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e André Rebouças.
- A alternativa D está incorreta. A Confederação Abolicionista foi fundada em 1883, no Rio de Janeiro, por José do Patrocínio e André Rebouças.
- A alternativa E está incorreta, pois a Sociedade Manumissora era uma organização abolicionista maranhense.

Gabarito: B

10. (Estratégia Militares 2020 - Inédita)

Dentre as consequências da Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico negreiro no Brasil, pode-se destacar

- A) a liberação de capitais para outros setores da economia.
- B) o agravamento da crise econômica verificada no Segundo Reinado.
- C) a drástica diminuição da produção cafeeira do Oeste paulista.
- D) o crescimento da escravidão indígena nas regiões produtoras de café.
- E) o impacto negativo na indústria naval, até então impulsionada pelo tráfico.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. O investimento na estrutura interna do país pelos fazendeiros foi impulsionado pela aprovação da Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibindo o tráfico negreiro no país,



acabou por disponibilizar a verba que até então era utilizada para a importação de escravizados vindos da África, que passou a ser investida na modernização do país.

- A alternativa B está incorreta, afinal após 1850 o país passou por um processo de crescimento econômico, resultado da modernização que ficou conhecida como Era Mauá.
- A alternativa C está incorreta, afinal os cafeicultores do Oeste paulista investiram na substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre e imigrante, o que contribuiu para que não fossem tão afetados pela lei Eusébio de Queirós quanto os cafeicultores do Vale do Paraíba.
- A alternativa D está incorreta, uma vez que não foram incorporados indígenas escravizados na região cafeeira.
- A alternativa E está incorreta, afinal a indústria naval também foi beneficiada pelo processo de modernização econômica denominado Era Mauá.

Gabarito: A

11. (Estratégia Militares 2020 - Inédita)

A Lei dos Sexagenários, aprovada em setembro de 1885 e que concedeu liberdade aos escravizados com mais de 60 anos de idade, também ficou conhecida como

- A) Lei Eusébio de Queirós
- B) Lei Saraiva-Cotegipe
- C) Nabuco de Araújo
- D) Lei Áurea
- E) Lei Rio Branco

Comentários

Para responder à pergunta, convém lembrarmos dos impactos de todas as leis mencionadas:

- Lei Eusébio de Queirós (1850) → extinguiu o tráfico negreiro no Brasil.
- Lei Nabuco de Araújo (1854) → Estabeleceu sanções para autoridades que tentassem escamotear a entrada de escravizados ilegalmente no país.
- Lei do Ventre Livre (1871) → Também conhecida como Lei Rio Branco, estabeleceu que todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres, devendo o proprietário entregá-lo para a tutela do Estado em troca de uma indenização ou fazê-lo trabalhar até completar 21 anos.
- Lei dos Sexagenários (1885) → Também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, concedeu a liberdade para todos os escravizados com 60 anos ou mais.
- Lei Áurea (1888) → Extinguiu a escravidão no Brasil. Dito isso, a alternativa E é a resposta.

Gabarito: B

12. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Durante o período imperial, a introdução do parlamentarismo no Brasil se no contexto

- A) da suspensão dos trabalhos da Constituinte, em 1823.



- B) da ascensão de D. Pedro II, pelo golpe da maioria, em 1840.
- C) da outorga do texto constitucional por D. Pedro I, em 1824.
- D) da criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847.
- E) da crise do Primeiro Reinado, que culminou na abdicação de D. Pedro I, em 1823.

Comentários

- As alternativas A e C estão incorretas, afinal o Primeiro Reinado foi marcado pela supressão do poder Legislativo pelo poder Moderador exercido pelo imperador.
- A alternativa B está incorreta, afinal o golpe da maioria não alterou de imediato o sistema de governo do Brasil. Foi um movimento que permitiu aos seus organizadores o retorno ao comando do país, agora com o nome de Partido Liberal.
- A alternativa D é a resposta. Em 1847, o parlamentarismo foi instaurado no Brasil por meio da criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, que tinha a função de organizar e dirigir o gabinete de governo.
- A alternativa E está incorreta, pois a abdicação de D. Pedro não foi seguida da implantação do parlamentarismo, mas da nomeação de regentes provisórios pelo Poder Legislativo.

Gabarito: D

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final de mais uma aula!

Tendo como base as provas anteriores da ESA, é importante nos atentarmos para os seguintes tópicos:

- A Guerra do Paraguai, considerando seu estopim, participantes do conflito, principais lideranças, interesses do Brasil e consequências para o nosso país.
- O café como eixo econômico no século XIX e seu papel na modernização do país;
- A Lei Eusébio de Queirós e suas relações com o surto industrial brasileiro;
- As intenções e consequências da Tarifa Alves Branco;
- O Bill Aberdeen e sua relação com a abolição do tráfico negreiro no Brasil;
- A Questão Christie;
- As leis abolicionistas;
- Como as questões servil, religiosa e militar contribuíram para o fim da monarquia no Brasil.

Se algo não foi esclarecido, entre em contato comigo no **Fórum de Dúvidas!** Em nossa próxima aula, falaremos sobre a República Velha, também conhecida como Primeira República (1889-1930).

**Bons estudos,
Prof. Marco Túlio**

 [profmarco.tulio](https://www.instagram.com/profmarco.tulio)

 [@profmarcotulio](https://twitter.com/profmarcotulio)

 [/marcotulio.gomes.186](https://www.facebook.com/marcotulio.gomes.186)



12. REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Jovita Alves Feitosa: voluntária da pátria, voluntária da morte. São Paulo: Chão Editora, 2019.

COTRIM, Gilberto. História global: volume único. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. História do Brasil no contexto da história ocidental: ensino médio. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. História do Brasil para principiantes: de Cabral a Cardoso, 500 anos de novela. São Paulo: Ática, 1997.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. História geral e do Brasil; 2. São Paulo: Scipione, 2013.

